

**RELATÓRIO DE PROJETOS LEGISLATIVOS DE INTERESSE DO CAU/BR  
15 DE SETEMBRO DE 2017**

Por determinação do Presidente do CAU/BR, Arquiteto e Urbanista Haroldo Pinheiro, publicaremos semanalmente Relatório de Atividade Legislativa de proposições monitoradas pela Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares.

	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
1	PLS 00550/2011 SF	Walter Pinheiro S/Partido/BA	Altera a Lei Complementar nº 103, de 14 de junho de 2000, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22, para dispor sobre o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior.	Altera a Lei Complementar nº 103/2000 para dispor que o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior não será fixado em valor inferior a R\$ 1.635,00 (mil e seiscentos e trinta e cinco reais), a partir da data da publicação desta Lei Complementar, sendo que o valor será reajustado anualmente, sempre em 1º de janeiro de cada ano, pela variação integral anual do índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística - IBGE. Assunto: Educação - Social	Data: 23/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Juntei, de ordem da Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Ofício nº 694 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), de 17/3/2017, com manifestação sobre a matéria (fls. 14 e 15).	Senado Federal



2	PLS 00368/2012 SF	Sen. Ana Amélia - PP /RS	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas.	Altera a redação do § 9º e acresce § 10 ao art. 4º da Lei nº 12.651/12 (dispõe sobre a proteção da vegetação nativa) para considerar, no § 9º da mencionada Lei, como Área de Preservação Permanente, as áreas urbanas, assim entendidas as áreas compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitem as áreas da faixa de passagem de inundação terão sua largura determinada pelos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, e respeitado, no que couber, o plano de defesa civil. Sendo que, de acordo como o § 10 da mencionada Lei, no caso de	Data: 22/08/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Em atendimento ao Ofício nº 189/2017-GSRR, a matéria é devolvida ao relator para reexame.	Senado Federal
---	-------------------------	--------------------------------	---	---	---	-------------------



				áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros.		
--	--	--	--	--	--	--



3	PLS 00066/2014 SF	Sen. Paulo Bauer - PSDB /SC	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos. Redefine a limitação por meio de nova redação ao inciso III do art. 4º passando da redação dada pela Lei 10.932, de 2004, segundo a qual "III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;" para: "III - serão reservadas faixas não-edificáveis e estabelecidas limitações à edificabilidade necessárias para garantir a segurança, a saúde e o conforto da população e a	Data: 12/09/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Em reunião realizada em 12/09/2017, a apreciação da matéria foi adiada.	Senado Federal
---	-------------------------	-----------------------------------	---	--	--	-------------------



4	PLS 00037/2011 SF	Marcelo Crivella PRB/RJ	Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências.	Altera o art. 16 da Lei 9.427/1996 para obrigar as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica a substituírem as redes aéreas de distribuição de energia elétrica por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes.	Data: 28/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Nesta data, na 3ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, é lido e aprovado o RQI Nº 5, de 2017, de autoria do Senador Elmano Férrer, que solicita audiência pública para instruir o PLS nº 37, de 2011.	Senado Federal
5	PLS 00252/2014 SF	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável.	Determina que a adoção de práticas de construção sustentável será observada como diretriz na execução da política urbana e no tocante às edificações de propriedade da União, compreendendo a implantação de telhados verdes e de sistemas de aproveitamento de energia solar, de águas pluviais e de reutilização de água.	Data: 10/04/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia.	Senado Federal



6	PEC 00013/2014 SF	Aloysio Nunes Ferreira PSDB/SP	Inclui os arts. 18-A e 159-A e altera o art. 182 da Constituição Federal, para dispor sobre a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	Altera a Constituição Federal para dispor sobre a criação e a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	Data: 09/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido, às 17h30, o relatório do Senador Ronaldo Caiado, com voto favorável à Proposta com a emenda que apresenta.	Senado Federal
7	PEC 00014/2015 SF	Cássio Cunha Lima PSDB/PB	Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	Altera o art. 37 da Constituição Federal, que trata da Administração Pública, para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	Data: 04/08/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.	Senado Federal



8	PLS 00118/2012 SF	Sen. Lúcia Vânia - PSDB /GO	Altera os arts. 40, 55 e 99 e acrescenta o art. 98-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever, nas contratações que envolverem a execução de obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, e dá outras providências.	Altera a Lei 8.666, de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", no art. 40 para que o edital licitatório indique, obrigatoriamente, no caso de obras e de serviços de engenharia, a definição das informações referentes aos estágios dos cronogramas físico e financeiro, aptas a permitir que se afirmem objetivamente os respectivos andamentos, constituindo obrigação contratual o seu fornecimento ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e, quando solicitado, ao Ministério Público, e a definição da periodicidade, nunca superior a 1 (um) ano, em que deverão ser prestadas pelo contratado estas informações; define como cláusulas necessárias em	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
---	-------------------------	-----------------------------------	--	--	--	-------------------



9	PLS 00056/2012 SF	Sen. Pedro Taqes - PDT /MT	Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências.	Estabelece, nos termos do inciso XXVII do art. 22 da Constituição Federal, normas de execução, fiscalização, controle e recebimento na contratação de obras públicas, aplicando-se à União, aos Estados e ao Distrito Federal e aos Municípios, inclusive autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem exclusão dos princípios e normas gerais contidos nas Leis n <sup>o</sup> s 8.666/93 e 10.520/02 (art. 1 <sup>o</sup> e 2 <sup>o</sup> ); define sobrepreço, superfaturamento, jogo de planilha (art. 3 <sup>o</sup> ); estabelece de forma clara e objetiva as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o projeto básico de obra ou serviço de engenharia, define empreitada por preço global e o que o contrato firmado por essa modalidade deverá conter, define a empreitada por preço	Data: 13/02/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria retirada de pauta para redistribuição, em virtude de o Senador Alvaro Dias deixar de compor esta Comissão em 9/2/2017.	Senado Federal
---	-------------------------	----------------------------------	---	--	---	----------------





10	PLS 00236/2012 SF	José Sarney PMDB/AP	Reforma do Código Penal Brasileiro.	Institui novo Código Penal, sendo dividido em Parte Geral (art. 1º ao 120) e Parte Especial (art. 121 ao 541). Sendo a Parte Geral dividida nos seguintes Títulos: I - Aplicação da Lei Penal (art. 1º ao 13); II - Do Crime (art. 14 ao 44); III - Das Penas (art. 45 ao 70); VI - Da Individualização das Penas (art. 71 ao 94); V - Medidas de Segurança (art. 95 ao 98); VI - Ação Penal (art. 99 ao 104); VII - Barganha e Colaboração com a Justiça (art. 105 ao 106); VIII - Extinção da Punibilidade (art. 107 ao 120). A Parte Especial tem os seguintes Títulos: I - Crimes Contra a Vida (art. 121 ao 154); II - Crimes Contra o Patrimônio (art. 155 ao 171); III - Crimes contra a Propriedade Imaterial (art. 172 ao 179); IV - Crimes Contra a Dignidade Sexual (art. 180 ao 189); V - Crimes Contra a Incolu	Data: 08/08/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Na 30ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, é realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria, conforme Requerimento nº 22, de 2017-CCJ, de iniciativa do Senador Antonio Anastasia, com a presença dos seguintes convidados: DOUGLAS FISCHER, Procurador Regional da República; PIERPAOLO CRUZ BOTTINI, Advogado e Professor da Universidade de São Paulo - USP; MARCELO TURBAY, Advogado, representante do senhor ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO, Advogado; LUÍS GRECO, Professor da Universidade de Augsburg; ALAOR CARLOS LOPES LEITE, Professor da Universidade	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------	--	--	---	----------------



					<p>de Augsburg; GUSTAVO DE OLIVEIRA QUANDT, Defensor Público da União - DPU; FREDERICO GOMES DE ALMEIDA HORTA, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Justifica ausência a senhora MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA, Ministra do Superior Tribunal de Justiça – STJ. Usam da palavra os Senadores Antonio Anastasia, Lasier Martins, a Senadora Simone Tebet e o Senador Edison Lobão, Presidente da CCJ. (Tramitam anexadas ao PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: Projetos de Lei da Câmara nºs 80, 81 e 82, de 2012; 9 e 10, de 2013; e os Projetos de Lei do Senado nºs 233, 236 e 237, de 2009; 50, 90, 101, 125, 150, 166, 183, 282, 306, 308, 337, 358, 359, 367, 385, 386, 410, 419, 422, 427, 456, 457, 481, 484, 501, 520, 555, 567, 646, 653, 656, 674,</p>	
--	--	--	--	--	---	--



					<p>675, 676, 683, 707, 725, 731, 734, 748, 762 e 763, de 2011; 58, 68, 122, 131, 177, 223, 232, 285, 287, 328, 363, 372, 399, 411 e 453, de 2012; 41, 55, 78, 87, 104, 111, 147, 228, 243, 357, 404, 429, 451, 490 e 516, de 2013). (Tramitam em conjunto as seguintes matérias: PLS 236/2012 e PLS 150/2015).</p>	
--	--	--	--	--	--	--



11	PEC 00071/2013 SF	Ricardo Ferraço PSDB/ES	Altera o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, para retirar da dominialidade da União os terrenos de marinha e acrescidos que especifica.	Altera a Constituição Federal para estabelecer que são bens da União os terrenos de marinha e seus acrescidos, com exceção das áreas localizadas em ilhas costeiras, sede de Municípios.	Data: 14/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do dia. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Senado Federal em	Senado Federal
12	PLS 00443/2013 SF	Sen. CÁSSIO CUNHA LIMA - PSDB /PB	Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais.	Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977/2009 (Minha Casa Minha Vida), para determinar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais e assentamentos urbanos, equivalente a pelo menos uma árvore por unidade habitacional.	Data: 27/04/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Matéria devolvida ao relator para reexame, em virtude da vigência da Medida Provisória nº 759, de 2016, que altera dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009. Anexado às fls. 19 a 25 o relatório apresentado.	Senado Federal



13	PLS 00189/2015 SF	Sen. Randolfe Rodrigues - REDE /AP	Dispõe sobre a denominação e a redenominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.	Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços, monumentos públicos, exigindo que seja estabelecida por lei, atestada a alta relevância histórico-cultural pelo órgão de preservação do patrimônio histórico-cultural da União ou dos demais entes federativos.	Data: 20/10/2015 Casa: Se nado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido nesta Comissão às 19h03min. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	--	--	--	---	-------------------



14	PEC 00053/2007 SF	Almeida Lima PMDB/SE	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.	Determina, a partir das áreas provenientes da extinção do instituto do terreno de marinha, quais continuarão sob posse da União.	Data: 15/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com Relatório do Senador Ricardo Ferraço, mantendo o voto favorável à PEC nº 53, de 2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade da PEC nº 56, de 2009. (Tramitam em conjunto as PECs nº 53, de 2007 e nº 56, de 2009)	Senado Federal
----	-------------------------	-------------------------	--	--	--	----------------



15	PEC 00056/2009 SF	Marcelo Crivella PRB/RJ	Acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acréscidos aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários.	Estabelece competência à União de autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acréscidos, nos termos do inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários, mediante pagamento de valor equivalente à parcela do domínio detida pelo Poder Público, nos termos da lei.	Data: 15/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com Relatório do Senador Ricardo Ferraço, mantendo o voto favorável à PEC nº 53, de 2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade da PEC nº 56, de 2009. (Tramitam em conjunto as PECs nº 53, de 2007 e nº 56, de 2009)	Senado Federal
----	-------------------------	-------------------------------	--	--	--	-------------------



16	PLS 00099/2013 SF	Sen. Acir Gurgacz - PDT /RO	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.	Altera a Lei nº 8666/93 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para estabelecer que, uma vez iniciada a execução da obra, é vedada sua suspensão ou cancelamento por razões preexistentes à aprovação do projeto básico.	Data: 30/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido nesta Comissão às 16h39min. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	-----------------------------------	---	---	---	----------------





17	PLS 00396/2014 SF	Sen. Wilder Morais - DEM /GO	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade), para dispor acerca da delimitação das áreas verdes urbanas e áreas urbanas passíveis de reflorestamento como conteúdo mínimo do plano diretor.	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, para dispor que o plano diretor deverá conter a delimitação das áreas verdes urbanas, previstas no art. 3º, inciso XX, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, bem como a delimitação das áreas urbanas a serem reflorestadas.	Data: 08/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de requerimento do Senador José Pimentel, que solicita a tramitação em conjunto dos PLS nºs 65/2014; 396/2014; 15/2015; 51/2015; 667/2015; 745/2015; e 58/2016, com os PLCS nºs 56/2014; 109/2014; 16/2016; e 17/2016. A leitura se dará quando todas as matérias estiverem sobre a mesa, nos termos do art. 266, do RISF.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------------------	---	--	---	----------------



18	PLS 00208/2015 SF	Sen. MARCELO CRIVELLA - PRB /RJ	Altera a Lei nº 6.766, de 10 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para disciplinar o condomínio edilício de lotes urbanos.	Altera a Lei nº 6.766/1979 (Lei de Loteamento e Parcelamento do Solo) e a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), para disciplinar o condomínio edilício de lotes urbanos, estabelecendo que em um imóvel pode haver lotes de propriedade exclusiva e utilização independente. As servidões de direito público passam a integrar o domínio do Município desde o registro do loteamento.	Data: 13/02/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Devolvido pela Senadora Ana Amélia para redistribuição, por ter deixado de compor esta Comissão em 09/02/2017	Senado Federal
19	PLS 00667/2015 SF	Sen. Reguffe - S/Partido /DF	Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação,	Altera o Estatuto da Cidade, para redefinir o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo incluir obrigatoriamente diretrizes para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação.	Data: 09/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de Requerimento de tramitação conjunta, de autoria do Senador José Pimentel. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Senado Federal em	Senado Federal



**CAU/BR**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

			segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências.			
--	--	--	--	--	--	--



20	PLS 00304/2015 SF	Sen. Davi Alcolumbre - DEM /AP	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de "Terraço Verde" nos locais que especifica e dá outras providências.	Dispõe que as edificações com mais de três pavimentos, em cidades com mais de quinhentos mil habitantes, adotarão sistema de cobertura mediante a aplicação de vegetação capaz de absorver o escoamento superficial das águas pluviais e diminuir as ilhas de calor (Terraço Verde), observadas as condições e prescrições técnicas que estabelece.	Data: 14/06/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 429/2017, do Senador Davi Alcolumbre, que solicita a tramitação conjunta dos PLS nºs 191/2013 e nº 304/2015. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal
----	-------------------------	--------------------------------------	---	---	---	----------------



21	PLS 00051/2015 SF	Sen. CÁSSIO CUNHA LIMA - PSDB /PB	Altera as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para instituir normas sobre o abastecimento de água por fontes alternativas.	Altera os arts. 3º, 5º, 19 e 45, e acrescenta o art. 45-A à Lei nº 11.445/2007 (Lei de Saneamento Básico), e altera o art. 40 da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), para regular o abastecimento de água por fontes alternativas, tais como água de reúso e água de chuva, determinando sua inclusão em plano diretor e plano de saneamento básico, bem como excepcionando a exclusividade no abastecimento de água pela rede pública.	Data: 10/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Ação: Encaminhado ao Plenário. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Senado Federal em	Senado Federal
----	-------------------------	---	--	--	---	----------------



22	PLS 00217/2014 SF	Sen. Romero Jucá - PMDB /RR	Altera a Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e dá outras providências, para incluir os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão “Minha Casa Melhor”.	Inclui os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão “Minha Casa Melhor”.	Data: 11/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Devolvido pelo relator, senador Elmano Férrer, com relatório pela aprovação do projeto (fls. 10-12).	Senado Federal
----	-------------------------	-----------------------------------	--	--	---	----------------



23	PLS 00745/2015 SF	Sen. Wilder Morais - PP /GO	Altera as Leis nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade); nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos; nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; e nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica; para harmonizar a distribuição de energia elétrica em baixa tensão com as políticas urbana e ambiental.	Altera as Leis nº 10.257/01, Estatuto da Cidade; nº 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; nº 11.977/09, que dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos; nº 9.427/96, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; e nº 10.438/02, que dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica; para harmonizar a distribuição de energia elétrica em baixa tensão com as políticas urbana e ambiental. Qualifica como improbidade administrativa o fornecimento de energia elétrica a assentamento irregular para o qual não haja projeto de regularização fundiária aprovado.	Data: 05/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de Requerimento do Senador José Pimentel, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 65 de 2014; 396 de 2014; 15 de 2015; 51 de 2015; 667 de 2015; 745 de 2015 e 58 de 2016; com os Projetos de Lei da Câmara (PLC) nºs 56 de 2014; 109 de 2014; 16 de 2016; e 17 de 2016; por versarem sobre matérias correlatas.	Senado Federal
----	-------------------------	-----------------------------------	---	---	---	----------------



24	PLS 00753/2015 SF	Sen. Lídice da Mata - PSB /BA	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para tornar obrigatória a implantação de sistemas de reúso direto não potável nas instalações e infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário construídas com recursos da União e para exigir a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reúso.	Altera a Lei do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) para tornar obrigatória a implantação de sistemas de reuso direto não potável nas instalações e infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário construídas com recursos da União e para exigir a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reuso	Data: 10/11/2016 Casa: Se nado Federal Tramitação: SF- SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Ação: Encaminhado ao Plenário. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Senado Federal em	Senado Federal
25	PLS 00049/2014 SF	Inácio Arruda PCdoB/CE	Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus.	Altera a Lei nº 11.904/09 – que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências – para estabelecer que o acesso às instituições museológicas participantes do Sistema Brasileiro de Museus é gratuito aos estudantes de artes, museologia, arquitetura, audiovisual, música, design e moda.	Data: 08/08/2017 Casa: Se nado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido às 15h30 o Relatório do Senador Hélio José, com voto pela aprovação do Projeto.	Senado Federal





26	PDS 00151/2014 SF	Comissão de Meio Ambiente	Susta, por exorbitar do poder regulamentar, o art. 1º, item 16, da Resolução 417/1998 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que dispõe sobre as empresas industriais enquadráveis nos arts. 59 e 60 da Lei 5.194/1966.		Data: 19/01/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: A matéria continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014. Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único.	Senado Federal
27	PLS 00193/2013 SF	Sen. Pedro Taqes - PDT /MT	Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a extensão das disposições da Lei às entidades de fiscalização profissional.	Altera a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, para determinar que também subordinam-se ao regime desta Lei a Ordem dos Advogados do Brasil e os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal



28	PLS 00401/2013 SF	Sen. ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB /SP	Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental.	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para estabelecer como anexo do edital de licitação no caso de empreendimento para o qual seja obrigatório o licenciamento ambiental, a licença exigida pela legislação aplicável para a sua instalação.	Data: 22/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e devolvida ao Relator, Senador Antonio Anastasia, para reexame do Relatório.	Senado Federal
----	-------------------------	---	---	---	--	----------------



29	PLS 00121/2014 SF	Sen. Ana Amélia - PP /RS	Institui normas gerais sobre segurança contra incêndio e pânico.	<p>Estabelece diretrizes gerais de segurança contra incêndio e pânico, visando à proteção da vida e à redução de danos ao meio ambiente e ao patrimônio.</p> <p>As referidas normas de segurança se aplicam às edificações, às atividades e às áreas de risco, urbanas e rurais, localizadas no território nacional, bem como às construções, às reformas, às ampliações ou às mudanças de atividade ou ocupação de imóveis.</p> <p>Dispõe sobre: a) a classificação das edificações e áreas de risco e das medidas de segurança; b) as exigências e a fiscalização; c) as responsabilidades; d) as penalidades e sua aplicação; e e) os locais de reunião de público.</p> <p>Estabelece que a lei entrará em vigor seis meses após sua publicação.</p>	Data: 19/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Maranhão, designa o Senador Acir Gurgacz Relator da Matéria.	Senado Federal
----	-------------------------	--------------------------------	--	---	---	-------------------



<b>30</b>	PDS 00085/2015 SF	Dep. Nelson Marquezelli - PTB /SP	Susta o art. 13 da Resolução Normativa nº 479, de 3 de abril de 2012, e os arts. 21 e 218 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, que repassa aos Municípios a responsabilidade pelos serviços de elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública e a transferência de tais ativos.		Data: 23/05/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Anexado ao processado, correspondência da Câmara Municipal de Viçosa- MG, Ofício nº 103/2017, de 03 de maio de 2017, contendo manifestação acerca da matéria. (fls.79-82).	Senado Federal
<b>31</b>	PLC 00117/2006 SF	Dep. Jandira Feghali - PCdoB /RJ	Regula o exercício profissional de Geofísico e altera a Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962.		Data: 27/01/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SARQ - Secretaria de Arquivo Ação: Processo devolvido e arquivado.	Senado Federal
<b>32</b>	PLC 00094/2002 SF	Zulaie Cobra	Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.		Data: 09/08/2007 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SARQ - Secretaria de Arquivo Ação: DEVOLVIDO APÓS CONSULTA ARQUIVADO	Senado Federal



33	PLS 00008/2015 SF	Sen. JOSÉ MEDEIROS - PPS /MT	Acrescenta §3º ao art. 6º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre os malefícios que o consumo abusivo dessas bebidas.	Altera a Lei nº 8.918/94, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre os malefícios do consumo abusivo dessas bebidas.	Data: 21/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-COARQ - Coordenação de Arquivo Ação: Recebido e arquivado.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------------------	--	--	--	----------------



34	PLS 00011/2015 SF	Sen. JOSÉ MEDEIROS - PPS /MT	Acrescenta o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.	Permite a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.	Data: 10/08/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 623, de 2017, do Senador Sérgio Petecão, de tramitação conjunta do PLS nº 581, de 2007 (que tramita em conjunto com os PLS nºs 466, de 2009; 454, 715, de 2015; 186, de 2016), com os PLS nºs 11, 322, 625, de 2015; 321, 376 e 443, de 2016; bem como do Requerimento nº 421, de 2017, de tramitação conjunta; e o Requerimento nº 815, de 2016, de audiência da CAE. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------------------	--	---	--	----------------



35	PLS 00013/2015 SF	Sen. Humberto Costa - PT /PE	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água.	Altera as Leis nºs 9.433/97 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e 11.445/2007 (Lei do Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água, como água de chuva e reuso de água.	Data: 20/10/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 779, de 2016, da Senadora Lídice da Mata, de tramitação conjunta dos PLS nºs 13, 51 e 108, de 2015.	Senado Federal
36	PLS 00531/2015 SF	Sen. CÁSSIO CUNHA LIMA - PSDB /PB	Disciplina a profissão de Agroecólogo.	Regulamenta a profissão de Agroecólogo.	Data: 18/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 300, de 2016, do Senador Humberto Costa, que solicita audiência da CMA.	Senado Federal



37	PLS 00654/2015 SF	Sen. Romero Jucá - PMDB /PE	Dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional.	Cria o licenciamento ambiental especial, procedimento administrativo específico destinado a licenciar empreendimentos de infraestrutura estratégicos.	Data: 28/06/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos nºs 460 a 462, de 2017, de audiência da CMA, da CCJ e da CDH, do Senadores Cristovam Buarque e Randolfe Rodrigues; e do Requerimento nº 463, de 2017, de tramitação conjunta com o PLS 602, de 2015, do Senador Flexa Ribeiro. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal
----	-------------------------	-----------------------------------	---	---	--	-------------------





38	PLS 00065/2014 SF	Sen. Paulo Bauer - PSDB /SC	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e instituir a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres.	Altera a Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da cidade – para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos. Institui a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres. Define consórcio imobiliário e estabelece que deverão ser adquiridos pelo fundo específico todos os direitos reais ou possessórios incidentes sobre os imóveis, públicos e privados, localizados na área de abrangência do plano. Dispõe que o fundo específico atuará por delegação do Poder Público municipal e será gerido por instituição administradora selecionada mediante licitação. Estabelece que o fundo específico reger-se-á subsidiariamente pela Lei nº 8.668/1993. Define que o Poder Público poderá, independentemente d	Data: 08/06/2017 Casa: Se nado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido, às 16h10min, o Relatório do Senador Ronaldo Caiado, com voto favorável ao Projeto. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.	Senado Federal
----	-------------------------	-----------------------------------	--	---	--	-------------------



39	PLS 00398/2014 SF	Comissão de Serviços de Infraestrutura	Dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, § 1º, da Constituição Federal.	Determina que os processos de outorga de pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira sejam encaminhados ao Conselho de Defesa Nacional para emitir opinião quanto aos aspectos atinentes à segurança nacional.	Data: 07/04/2016 Casa: Se nado Federal Tramitação: CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Reunida a Comissão nesta data, a matéria é retirada de pauta para reexame.	Senado Federal
----	-------------------------	--	---	---	---	-------------------



40	PLS 00123/2012 SF	Jorge Viana PT/AC	Dispõe sobre as áreas consolidadas em áreas de preservação permanente e em áreas de reserva legal, e dá outras providências.	Dispõe sobre as áreas consolidadas em áreas de preservação permanente e em áreas de reserva legal, e dá outras providências; institui a figura jurídica da Área Rural Consolidada, definida como área de imóvel rural com ocupação antrópica pré-existente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias e atividades agrossilvipastoris; estabelece que a União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar programas de regularização ambiental de posses e propriedades rurais com o objetivo de adequar as áreas rurais consolidadas aos termos da lei; dispõe que durante o processo de regularização ambiental, o proprietário ou possuidor não poderá ser autuado e serão suspensas as sanções decorrentes de infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	----------------------	--	---	--	----------------



41	PLS 00408/2012 SF	Sen. Rodrigo Rollemberg - PSB /RJ	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.	Altera a redação do inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766/79 (que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências), para aumentar, de 15 (quinze) para 30 (trinta) metros, a faixa não edificável dos loteamentos ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.	Data: 12/09/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Em reunião realizada em 12/09/2017, a apreciação da matéria foi adiada.	Senado Federal
----	-------------------------	---	---	--	--	----------------



42	PEC 00050/2015 SF	Sen. Romero Jucá - PMDB /RR	Altera o art. 20 da Constituição Federal, para possibilitar a alienação da propriedade dos terrenos de marinha e dos seus acréscidos, e acrescenta ao texto constitucional o art. 168-A para dispor sobre a destinação dos recursos resultantes da alienação.	Altera a Constituição para dispor que a propriedade dos terrenos de marinha e dos seus acréscidos pode ser alienada, na forma que especifica, e que o produto da alienação será destinado ao pagamento de investimentos, de ações estratégicas e despesas inscritas em restos a pagar, vedado, em qualquer caso, o pagamento de despesas de custeio, sem prejuízo da utilização de outras fontes de recursos.	Data: 17/02/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e encaminhada ao Gabinete do Relator, Senador Roberto Rocha, para reexame do Relatório.	Senado Federal
----	-------------------------	-----------------------------------	---	---	--	-------------------



43	PEC 00065/2012 SF	Sen. Acir Gurgacz - PDT /RO	Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental.	Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental; dispõe que a apresentação do estudo prévio de impacto ambiental importa autorização para a execução da obra, que não poderá ser suspensa ou cancelada pelas mesmas razões a não ser em face de fato superveniente.	Data: 01/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA Ação: Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº 154/2016-PRES-CAU/GO, de 26/10/2016, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás, com manifestação sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2012 (fls. 381 a 384 da PEC nº 65, de 2012). (Tramitam em conjunto as PECs nºs 65, de 2012 e 153, de 2015.)	Senado Federal
----	-------------------------	-----------------------------------	---	---	---	----------------



44	PLS 00447/2012 SF	Sen. Acir Gurgacz - PDT /RO	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.	Acrescenta § 2º, renomeando o atual parágrafo único como § 1º, ao art. 8º da Lei 8.666/93 (regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública), para vedar, após o início da execução de obra, a suspensão ou cancelamento por razões preexistentes à aprovação do projeto básico.	Data: 23/08/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO Ação: Recebido às 10h50 o Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues pela rejeição do Projeto por inconstitucionalidade.	Senado Federal
45	PLS 00324/2015 SF	Sen. DONIZETI NOGUEIRA - PT /TO	Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências.	Obriga que novas edificações, residenciais, comerciais, industriais, públicas ou privadas, tenham incluído no projeto técnico da obra item referente a captação e aproveitamento de águas pluviais e o seu reuso para fins não consuntivos em áreas comuns.	Data: 10/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Ação: Encaminhado ao Plenário. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Senado Federal em	Senado Federal



46	PLS 00024/2015 SF	Sen. Wilder Morais - PP /GO	Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais e de reúso de águas residuais em edificações executadas com recursos da União.	Dispõe sobre a exigência de sistemas de uso de águas pluviais e reúso de águas residuais, em edificações públicas ou privadas a serem executadas com recursos da União. Tipifica entre os crimes contra a administração ambiental a omissão do agente público federal em impor essa obrigação.	Data: 10/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Ação: Encaminhado ao Plenário. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Senado Federal em	Senado Federal
----	-------------------------	-----------------------------------	---	--	---	-------------------





47	PLS 00058/2016 SF	Sen. Jorge Viana - PT /AC	Disciplina o abastecimento de água por fontes alternativas e altera as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana; nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.	Disciplina o abastecimento de água por fontes alternativas e altera as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana; nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.	Data: 10/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Ação: Encaminhado ao Plenário. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Senado Federal em	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------------	--	--	---	----------------



48	PLS 00191/2013 SF	Sen. Wilder Morais - PP /GO	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistemas de aproveitamento de água da chuva na construção de prédios públicos bem como sobre a utilização de telhados ambientalmente corretos.	Dispõe que os projetos de novas edificações de propriedade da União deverão prever a instalação de sistemas de aproveitamento de águas de chuva a serem consumidas nas edificações, bem como a utilização de telhados ambientalmente corretos, da forma que define. Estabelece que os requisitos para o aproveitamento de água de chuva de coberturas em áreas urbanas para fins não potáveis são fornecidos pela NBR 15.527 (ABNT, 2007). Dispõe que todo edital de licitação de obras de construção de prédio público mencionará, expressamente, a obrigatoriedade de instalação de sistema de aproveitamento de águas de chuvas, bem como a obrigatoriedade da utilização de telhados ambientalmente corretos. Estabelece que as disposições da Lei não se	Data: 14/06/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 429/2017, do Senador Davi Alcolumbre, que solicita a tramitação conjunta dos PLS nºs 191/2013 e nº 304/2015. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal
----	-------------------------	-----------------------------------	--	---	--	-------------------



				aplicam quando, por meio de estudo por profissional habilitado, f		
--	--	--	--	---	--	--



49	PLS 00268/2016 SF	Sen. TELMÁRIO MOTA - PDT /RR	Altera o art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de seguro-garantia nas contratações de obras, serviços e compras públicas.	Exige prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, nas contratações de obras, serviços e compras, que deverá observar o limite mínimo de 25% do valor do contrato, podendo alcançar até o seu valor integral, a critério da autoridade competente.	Data: 13/07/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	---------------------------------------	---	---	--	----------------



50	PEC 00153/2015 SF	Sen. Raimundo Lira - PMDB /PB	Altera o art. 225 da Constituição Federal para incluir, entre as incumbências do poder público, a promoção de práticas e a adoção de critérios de sustentabilidade em seus planos, programas, projetos e processos de trabalho.	Altera a Constituição Federal para estabelecer que para efetivar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público promover práticas e adotar critérios de sustentabilidade, em seus planos, programas, projetos e processos de trabalho, bem como na aquisição de bens e contratação de serviços e obras.	Data: 01/12/2016 Casa: Se nado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA Ação: Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº 154/2016-PRES-CAU/GO, de 26/10/2016, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás, com manifestação sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2012 (fls. 381 a 384 da PEC nº 65, de 2012). (Tramitam em conjunto as PECs nºs 65, de 2012 e 153, de 2015.)	Senado Federal
----	-------------------------	-------------------------------------	---	---	---	-------------------



51	PLS 00465/2012 SF	Sen. Valdir Raupp - PMDB /RO	Altera os arts. 17, 21, 24, 26, 38, 46 e 109, acrescenta arts. 52-A, 52-B e 111-A, e revoga o § 2º do art. 50, todos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para revisar aspectos diversos da Lei de Direitos Autorais.	Modifica a Lei nº 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, para revisar diversos aspectos da Lei de Direitos Autorais; estabelece que os serviços de registro deverão divulgar, a pedido de qualquer interessado e mesmo sem prova de legítimo interesse, os nomes dos titulares de direitos da obra registrada, bem como o prazo de vigência da proteção conferida a tais direitos; dispõe que o autor tem o direito, irrenunciável e inalienável, de perceber, no mínimo, cinco por cento sobre o preço praticado em cada revenda de obra de arte ou manuscrito, sendo originais; define que a obra intelectual realizada por empregado ou comissário poderá ser utilizada pelo empregador ou comitente, em caráter temporário ou permanente, sem ônus, sempre	Data: 01/09/2015 Casa: Se nado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Na 41ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e encaminhada ao Gabinete do Relator, Senador Randolfe Rodrigues, atendendo a pedido.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------------------	--	---	---	-------------------



52	PLS 00274/2016 SF	Sen. Cássio Cunha Lima - PSDB /PB	Dispõe sobre o seguro garantia de execução de contrato na modalidade segurado setor público, determinando sua obrigatoriedade em todos os contratos públicos de obras e de fornecimento de bens ou de serviços, de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), alterando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 para estabelecer o limite de cobertura do seguro garantia em 100% (cem por cento) do valor do contrato, além de prever outras providências.	Regulamenta a obrigatoriedade de contratação de seguro garantia pelo tomador em favor da Administração Pública, em contratos públicos com valor global igual ou superior a dez milhões de reais, cobrindo a totalidade do valor do contrato, estabelecendo critérios objetivos para orientar a atuação dos administradores públicos perante os tomadores e as seguradoras, de modo a limitar a possibilidade de corrupção e de manipulação de preços.	Data: 10/07/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da Comissão, Senador Edison Lobão, designa Relator da matéria o Senador Wilder Moraes.	Senado Federal
----	-------------------------	---	---	---	--	-------------------



53	PLS 00279/2016 SF	Sen. ROMÁRIO - PSB /RJ	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal.	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 para dispor que nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria observando que a definição de projetos e adoção de tipologias construtivas que considerem os princípios do desenho universal.	Data: 17/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: A Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Regina Sousa, designa o Senador Hélio José relator da matéria. O processado da matéria legislativa permanecerá na Secretaria da Comissão durante o transcurso de sua tramitação, conforme art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 4 de 2015.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------------	--	--	---	----------------





54	PLS 00269/2016 SF	Sen. Hélio José - PMDB /DF	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar obrigatoriedade de existência de projeto executivo de engenharia para lançamento de edital de concorrência de obras e/ou serviços de engenharia; para exigir a obtenção, anterior à licitação, da devida licença ambiental, quando necessária para a realização da obra ou do serviço; para prever a realização de prévio estudo de viabilidade técnico-econômica do objeto de concorrência de obra ou serviço de engenharia, pelo qual se demonstre que contribuirá para o desenvolvimento do	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar obrigatoriedade de existência de projeto executivo de engenharia para lançamento de edital de concorrência de obras e/ou serviços de engenharia; para exigir a obtenção, anterior à licitação, da devida licença ambiental, quando necessária para a realização da obra ou do serviço; para prever a realização de prévio estudo de viabilidade técnico-econômica do objeto de concorrência de obra ou serviço de engenharia, pelo qual se demonstre que contribuirá para o desenvolvimento do país; para exigir que contratos de obras e/ou serviços de	Data: 14/07/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	----------------------------------	--	--	--	-------------------



			<p>país; para exigir que contratos de obras e/ou serviços de engenharia somente terão início de execução diante de garantia dada pela Administração da disponibilidade dos recursos financeiros necessários, vinculados ao projeto até a sua conclusão; e para determinar ser obrigatória, no caso de obra e/ou serviço de engenharia, a aferição objetiva do cumprimento do objeto contratado, por meio de empresa especializada e independente.</p>	<p>engenharia somente terão início de execuç</p>		
--	--	--	---	--	--	--



55	PLS 00554/2015 SF	Paulo Paim PT/RS	Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho dele decorrentes.	Regula os contratos de terceirização e as relações de trabalho dele decorrentes, celebrados por pessoas de natureza jurídica de direito privado.	Data: 08/08/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-COARQ - Coordenação de Arquivo Ação: Recebido e arquivado.	Senado Federal
----	-------------------------	---------------------	--	--	---	----------------



56	PLS 00087/2010 SF	Eduardo Azeredo PSDB/MG	Dispõe sobre a contratação de serviços de terceiros e dá outras providências.	Dispõe sobre a contratação de serviços terceirizados; define o que é serviço terceirizado; discrimina quais são os requisitos exigidos para o contrato de terceirização, além dos exigidos pela lei civil, bem como os documentos que devem ser apresentados pela contratada; aduz quais são os direitos, deveres e responsabilizações das partes no contrato de terceirização; define que o recolhimento das contribuições previdenciárias no regime de terceirização regulado por esta Lei observará o disposto no art. 31 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 e que o descumprimento do disposto nesta Lei sujeita a empresa infratora ao pagamento de multa administrativa de R\$200,00 (duzentos reais) por empregado prejudicado; esta lei entra em vigor no prazo de 180 (cento e	Data: 13/07/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O presidente da Comissão, senador Tasso Jereissati, designa o senador Ricardo Ferraço relator da matéria. Tramitam em conjunto o PLC 30/2015, PLC 195/2015, PLS 87/2010, PLS 447/2011 e PLS 339/2016.	Senado Federal
----	-------------------------	-------------------------------	---	---	--	----------------



**CAU/BR**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				oitenta dias) da data de sua publicação		
--	--	--	--	---	--	--



57	PLS 00167/2015 SF	Sen. Roberto Requião - PMDB /PR	Estabelece o estatuto jurídico das empresas estatais, previsto no § 1º do art. 173 da Constituição Federal, inclusive das empresas estatais de que trata o § 1º do art. 177 da Constituição Federal.	Regulamenta o disposto no art. 173, § 1º, III, da Constituição Federal, estabelecendo estatuto jurídico da empresa pública, sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica, dispondo sobre a licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações.	Data: 20/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O relator, senador Tasso Jereissati, solicita o reexame da matéria.	Senado Federal
58	PLS 00222/2015 SF	Sen. Wilder Morais - PP /GO	Estabelece normas relativas ao controle centralizado de informações sobre as obras públicas custeadas com recursos federais e cria o Cadastro Brasil Eficiente – CBE.	Estabelece normas relativas ao controle centralizado de informações sobre as obras públicas custeadas com recursos federais e cria o Cadastro Brasil Eficiente – CBE.	Data: 22/05/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da CTFC, Senador ATAÍDES OLIVEIRA, designa o Senador DÁRIO BERGER relator da matéria. O processado físico permanece na Comissão.	Senado Federal



59	PLS 00317/2015 SF	Sen. Dário Berger - PMDB /SC	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais na construção de novos prédios públicos para a utilização em atividades que não necessitem de água potável.	Torna obrigatória a instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais na construção e reforma de prédios públicos.	Data: 09/06/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido, às 16h40min, o relatório do Senador Lindbergh Farias, com voto favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.	Senado Federal
60	PLS 00629/2015 SF	Sen. Cristovam Buarque - PPS /DF	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, para incluir obras e serviços de engenharia no âmbito das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).	Inclui obras e serviços de engenharia no âmbito das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).	Data: 09/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Walter Pinheiro deixar de compor esta Comissão para assumir o cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.	Senado Federal



61	PLS 00011/2014 SF	Sen. Flexa Ribeiro - PSDB /PA	Acrescenta o art. 7º-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar o uso de tabelas de referência na fixação dos custos unitários máximos nos orçamentos de obras e serviços de engenharia contratados pela Administração Pública.	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para dispor sobre os custos unitários das obras e serviços de engenharia contratados por órgãos e entidades da Administração Pública Federal ou com recursos dos Orçamentos da União. Altera o mesmo diploma legislativo para estabelecer que, para os fins da lei, o Projeto Básico deverá conter a anotação de responsabilidade técnica pelo orçamento detalhado, o qual deverá ser compatível com os custos do sistema de referência, na forma da lei.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	-------------------------------------	---	--	--	-------------------





62	PLS 00091/2014 SF	Sen. ALVARO DIAS - PV /PR	Dá nova redação, acrescentando parágrafos, ao art. 6º da Lei nº 8.666, de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para estabelecer que nenhuma licitação pode ser iniciada sem que os respectivos projetos básico e executivo estejam plenamente atendidos em todos os seus requisitos e atestados por parecer jurídico do órgão responsável pelo processo licitatório que comprove tal regularidade; estabelece que o não cumprimento da regra acima referida sujeita o dirigente do órgão responsável pelo processo licitatório a responder pelo crime de responsabilidade.	Data: 10/03/2015 Casa: Se nado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------------	--	---	--	-------------------



63	PLS 00377/2014 SF	Sen. Vanessa Grazziotin - PCdoB /AM	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, entre outras providências, para exigir, na contratação integrada de obras e serviços de engenharia, a explicitação de uma "matriz de riscos" no instrumento convocatório e na minuta contratual.	Acrescenta alínea ao inciso I do § 2º do art. 9º da Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC), para exigir a inclusão, na contratação integrada de obras e serviços de engenharia, de uma "matriz de riscos" no instrumento convocatório e na minuta contratual, em que sejam detalhados os riscos inerentes à consecução do objeto licitado, bem como a repartição prévia das responsabilidades e dos ônus cabíveis a cada uma das partes.	Data: 10/03/2015 Casa: Se nado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	---	---	--	--	-------------------



64	PLS 00404/2014 SF	Comissão de Serviços de Infraestrutura	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para disciplinar a responsabilização de servidores públicos que atuem nas áreas de fiscalização, controle e auditoria, por prejuízos causados em obras com recursos públicos, em virtude de seus relatórios, pareceres ou decisões.	Altera a Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para disciplinar a responsabilização de servidores públicos que atuem nas áreas de fiscalização, controle e auditoria, por prejuízos causados em obras com recursos públicos, em virtude de seus relatórios, pareceres ou decisões.	Data: 28/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-COARQ - Coordenação de Arquivo Ação: Recebido e arquivado.	Senado Federal
65	PLS 00195/2013 SF	Sen. Cássio Cunha Lima - PSDB /PB	Altera o art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para condicionar a abertura de processo licitatório para a contratação de obras com valor estimado igual ou superior a cem milhões de reais à elaboração prévia de projeto executivo.	Altera a Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para exigir o projeto executivo prévio nas licitações para contratação de obras com valor estimado superior a 100 milhões de reais.	Data: 16/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da Comissão, Senador Edison Lobão, designa Relator da matéria o Senador Ricardo Ferraço.	Senado Federal



66	PLS 00426/2013 SF	Sen. ALVARO DIAS - PV /PR	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para dispor sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inc. XXI, da CF/88, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para instituir Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI); estabelece que o concurso que tiver por objeto a seleção de estudos, investigações, levantamentos ou projetos a serem utilizados na preparação de concessão comum, patrocinada ou administrativa poderá ser realizado sob a forma de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI); elenca informações que devem constar do edital do PMI; determina que o valor máximo de eventual remuneração pelo conjunto de estudos, investigações, levantamentos ou projetos não poderá ultrapassar 2,5% do valor total estimado dos investimentos necessários à	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------------	--	---	---	----------------



**CAU/BR**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				implementação da respectiva co		
--	--	--	--	--------------------------------	--	--



67	PLS 00444/2013 SF	Sen. Paulo Bauer - PSDB /SC	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, e a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para disciplinar a concessão de obra pública.	Altera a Lei nº 8987/95 – que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências – para estabelecer novas definições para: a) poder concedente; b) concessão de serviço público; c) concessão de obra pública; d) obra pública; determina que a concessão de obra pública ou de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública seja formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos da presente Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação; estabelece que a concessão de obra pública ou de serviço público precedido da execução de obra pública ocorrerá atendidas as condições que especifica; determina que toda concessão de obra pública ou de serviço	Data: 23/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O presidente da Comissão, senador Tasso Jereissati, designa o senador Romero Jucá relator da matéria.	Senado Federal
----	-------------------------	-----------------------------------	--	---	---	----------------



				público, precedida ou não da exec		
--	--	--	--	-----------------------------------	--	--



68	PLS 00554/2013 SF	Pedro Taques PDT/MT	Altera a redação do inciso II do art. 12 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir, dentre os requisitos principais considerados nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços a serem executados por meio de contrato com a Administração Pública, as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida.	Altera o inciso II do art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, que “Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, dispondo que nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos: funcionalidade e adequação ao interesse público, com especial atenção, quando for o caso, às condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------	---	--	--	----------------





69	PLS 00271/2012 SF	Lobão Filho PMDB/MA	Altera o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para limitar em 15% (quinze por cento) do valor inicial atualizado do contrato tanto os acréscimos quanto as supressões em obras, serviços ou compras.	Altera a Lei nº 8.666/1993 no que tange à alteração nos contratos regidos por esta Lei, para dispor que o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 15% (quinze por cento) do valor inicial atualizado do contrato.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------	---	--	---	----------------



70	PLS 00513/2011 SF	Sen. Vicentinho Alves - PR /TO	Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais.	Institui normas gerais para a contratação de PPP, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a construção e administração de estabelecimentos penais; prevê no art. 2º que a parceria público privada para os estabelecimentos penais poderá abranger condenados e provisórios, submetidos a qualquer regime de pena; prevê nos arts 3º, 4º e 5º que a PPP é um contrato de concessão administrativa que deverá ser precedida de licitação; as diretrizes na contratação da PPP; e que os cargos de diretor e vice-diretor do estabelecimento penal serão ocupados por servidores públicos de carreira, respectivamente; prevê no art. 6º que o concessionário disponibilizará e manterá para os presos assistência jurídica; acompanhamento médico, odontológico e nutricional; programas de	Data: 24/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Paulo Paim.	Senado Federal
----	-------------------------	--------------------------------------	---	--	---	----------------



71	PLS 00538/2011 SF	Sen. Ataídes Oliveira - PSDB /TO	Altera os arts. 2º e 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para criar a Carteira de Projetos da Administração Pública, estabelecer medidas de controle das obras públicas e adotar outras providências.	Altera a Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para criar a Carteira de Projetos da Administração Pública, estabelecer medidas de controle das obras públicas e adotar outras providências; define como projetos não adequadamente atendidos as obras suspensas cautelarmente pelos tribunais ou conselhos de contas e as obras em relação às quais, por determinação da comissão do respectivo Poder Legislativo encarregada de examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei dos orçamentos, vigore suspensão cautelar das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congênere, ou de etapa, parcela, trecho ou subtrecho.	Data: 17/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Antonio Carlos Valadares.	Senado Federal
----	-------------------------	--	---	---	---	----------------



72	PLS 00604/2015 SF	Sen. José Serra - PSDB /SP	Altera o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para atualizar os valores de que trata o dispositivo.	Altera a Lei 8.666/1993 para atualizar os valores limites das modalidades de licitações, sendo, para obras e serviços de engenharia: convite até R\$ 450.000,00; tomada de preços até R\$ 4.500.000,00; concorrência - acima de R\$ 4.500.000,00; e para compras e serviços: convite até R\$ 240.000,00; tomada de preços até R\$ 1.950.000,00; e concorrência acima de R\$ 1.950.000,00.	Data: 07/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Devolvido pelo Senador Romero Jucá, mantendo o voto pela aprovação do Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.	Senado Federal
----	-------------------------	----------------------------------	---	---	---	----------------



73	PLS 00496/2011 SF	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB /PB	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a elaboração de projeto executivo anteriormente à abertura de licitações para a contratação de obras e serviços.	Altera a Lei nº 8.666/1993, que regulamenta o art. 37 da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, a fim de: a) tornar obrigatória a elaboração de projeto executivo antes da realização da abertura de licitações para a contratação de obras e serviços; b) reduzir os percentuais aplicáveis como limites ao valor dos termos aditivos - de 25% para 10% do total do contrato no caso de obras, serviços de engenharia; de 50% para 25% no caso de reforma de edifício ou equipamento; e de 25% para 5% no caso de compras; estabelece que a lei entrará em vigor decorridos 180 dias de sua publicação oficial.	Data: 10/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Aloysio Nunes Ferreira ter deixado de compor esta Comissão em 09/03/2017, para assumir cargo no Poder Executivo (of.98/2017-GLPSDB).	Senado Federal
----	-------------------------	--	--	--	---	----------------



74	PLS 00700/2015 SF	Sen. Roberto Rocha - PSB /MA	Dispõe sobre a observância, no âmbito nacional, de requisitos mínimos definidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) quando da construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.462/2011 (que trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC) para determinar a observância de requisitos mínimos definidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) para a construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.	Data: 04/11/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
75	PLS 00292/2016 SF	Sen. EDUARDO AMORIM - PSC /SE	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir o diploma aos concluintes das disciplinas de cursos de graduação oferecidos pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil.	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) para assegurar o diploma aos concluintes dos cursos de graduação oferecidos pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil, independentemente do resultado da defesa do trabalho de conclusão do curso.	Data: 21/06/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Antonio Anastasia, para emitir Relatório.	Senado Federal



76	PLS 00465/2016 SF	Sen. Lindbergh Farias - PT /RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências	Altera a Lei nº 11.977/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, assim como as Leis nº 6.015/1973, 11.952/2009, 11.483/2007, 6.766/1979, 10.931/2004 e 12.024/2009, para estabelecer adequações operacionais no Programa, determinar a distribuição regional de recursos proporcionalmente ao déficit habitacional, prever instalação de unidades comerciais, modificar aspectos de regularização fundiária, fixar procedimentos de registro de imóveis e alterar o regime de pagamento unificado de tributos pelas construtoras contratadas, abrangendo projetos de construção mista, com unidades habitacionais e comerciais.	Data: 21/06/2017 Casa: Se nado Federal Tramitação: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: A matéria retorna ao gabinete da Senadora Regina Sousa, relatora.	Senado Federal
----	-------------------------	-----------------------------------	---	---	---	-------------------



77	PLS 00253/2016 SF	Sen. TELMÁRIO MOTA - PDT /RR	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.	Data: 16/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da Comissão designa o Senador Armando Monteiro pra relatar a matéria.	Senado Federal
78	PLS 00196/2016 SF	Marcelo Crivella PRB/RJ	Altera o art. 40 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir que o edital de licitação de obra pública preveja a obrigatoriedade de revisão do cálculo estrutural por consultoria independente.	Altera a Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever a exigência de revisão do cálculo estrutural, bem como de aferição das peças estruturais, previamente à concretagem, por consultoria independente, quando se tratar de licitação de obras públicas que possam expor seus usuários a risco.	Data: 16/05/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal





79	VET 00049/2016 SF	Presidência da República	Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2015 (nº 4.692/2012, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a garantia do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências".	Data: 31/08/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: COAR Q - Coordenação de Arquivo Remetido Ofício CN nº 407, de 31/08/17, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem CN nº 55/17, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando que o Congresso Nacional manteve o Veto Parcial, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2015, sendo a matéria encaminhada ao arquivo. (fls. 27 a 28). Remetido Ofício CN nº 408, de 31/08/17, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando que o Congresso Nacional manteve o Veto Parcial, aposto pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2015 (fls.29). Á COARQ.
----	-------------------------	-----------------------------	--	--



80	PLS 00057/2017 SF	Airton Sandoval Santana PMDB/SP	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre as operações urbanas consorciadas.	Aperfeiçoa o modelo institucional da operação urbana consorciada, criada pelo Estatuto da Cidade, pelo meio da qual são emitidos os chamados certificados de potencial adicional de construção (CEPAC), que financiam obras e investimentos necessários para a recuperação de áreas degradadas, sem a necessidade de onerar o orçamento público.	Data: 24/03/2017 Casa: Se nado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	--	---	--	--	-------------------



81	PEC 00061/2015 SF	Gleisi Hoffmann PT/PR	Altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.	Acrescenta os §§ 19 e 20 ao art. 166 da Constituição Federal, para permitir que emendas individuais ao projeto de lei do orçamento anual aloquem recursos diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios, indicando o ente federativo a ser beneficiado. Os recursos serão repassados independentemente de convênio.	Data: 16/08/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido, às 14h48min, o relatório da Senadora Marta Suplicy, com voto favorável à Emenda de Plenário nº 4, na forma da subemenda que apresenta, e contrário às Emendas de Plenário nºs 2, 3 e 5. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.	Senado Federal
----	-------------------------	-----------------------------	--	--	---	----------------



82	VET 00005/2017 SF	Presidência da República	Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 33 de 2014 (nº 2.020 de 2007, na Casa de origem), que "Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; e dá outras providências".		Data: 08/09/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-COARQ - Coordenação de Arquivo Ação: Recebido e Arquivado.	Senado Federal
83	PLS 00280/2017 SF	Antonio Anastasia PSDB/MG	Estabelece diretrizes e requisitos para a delegação, no âmbito da Administração Pública Federal, do serviço público de fiscalização administrativa a particulares.	Estabelece diretrizes e requisitos para a delegação a particulares do serviço público de fiscalização administrativa, autorizado por lei especial.	Data: 31/08/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Juntei, às 12h40min, as Emendas nºs 2 a 5, de autoria do Senador José Pimentel (fls. 15 a 38).	Senado Federal



84	PDC 00054/2015 CD	Dep. Luiz Carlos Hauly - PSDB /PR	Susta os efeitos do Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015 que Regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea "h", e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União.		Data: 08/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Covatti Filho (PP-RS)	Câmara dos Deputados
85	PDC 00707/2017 CD	Paulo Teixeira PT/SP	Susta o Decreto 9.076, de 7 de junho de 2017, que dispôs sobre a Conferência Nacional da Cidades.		Data: 05/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CD U - Comissão de Desenvolvimento Urbano Aprovado requerimento de retirada de pauta do Deputado João Paulo Papa.	Câmara dos Deputados



86	PEC 00039/2011 CD	Dep. Jose Chaves - PTB /PEDep. Zoinho - PR /RJ	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.	Data: 05/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PL EN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária n. 7192/2017, pela Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas, que: "Requer a prorrogação de prazo da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que 'revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º	Câmara dos Deputados
----	-------------------------	--	--	---	----------------------



					<p>do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis', e apensadas".</p>	
--	--	--	--	--	--	--



87	PEC 00185/2003 CD	Dep. Pedro Henry - PP /MT	Dá nova redação ao inciso XIII do art. 5º, XXIV do art. 21, IX do art. 103 e XII do art. 109 da Constituição Federal e dá outras providências.	Inclui os Conselhos de Fiscalização Profissional como agentes fiscalizadores das atividades profissionais, dando-lhes poder para solicitar ação de inconstitucionalidade; regula o regime de trabalho dos servidores destes Conselhos e extingue a competência privativa da União de fixar contribuição social, transferindo aos Conselhos Federais de profissões regulamentadas.	Data: 19/03/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-994/2015.	Câmara dos Deputados
----	-------------------------	------------------------------	--	---	--	----------------------





88	PEC 00016/2015 CD	Dep. Heraclito Fortes - PSB /PI	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e dá outras providências.	Estabelece que os bens públicos definidos como terrenos de marinha e seus acrescidos passarão a integrar o patrimônio dos Municípios.	Data: 30/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PE C03911 - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados
----	-------------------------	---------------------------------------	---	---	---	----------------------



89	PEC 00027/2015 CD	Dep. Cesar Souza - PSD /SC	Acrescenta parágrafos ao art. 20 da Constituição Federal, revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o §3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir os terrenos de marinha e seus acrescidos e dá outras providências.		Data: 30/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PE C03911 - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados
----	-------------------------	----------------------------------	--	--	---	----------------------



90	PEC 00030/2015 CD	Dep. Lelo Coimbra - PMDB /ES	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.		Data: 30/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PE C03911 - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados
----	-------------------------	------------------------------------	--	--	---	----------------------



91	PEC 00285/2008 CD	Dep. Zezeu Ribeiro - PT /BAAngela Amin	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social.	Conhecida como " PEC da Habitação ".	Data: 19/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PL EN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 2754/2015, pelo Deputado Marcos Abrão (PPS-GO), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 285, de 2008, que "Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social".	Câmara dos Deputados
92	PEC 00290/2013 CD	Dep. MARGARIDA SALOMÃO - PT /MG	Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação		Data: 17/03/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Recebimento do Ofício nº 112/15 (CN) encaminhando autógrafa promulgado.	Câmara dos Deputados



<b>93</b>	PEC 00085/2015 CD	Alan Rick PRB/AC	Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a acessibilidade e a mobilidade urbana no rol dos direitos sociais.		Data: 16/06/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 17/06/17 PÁG 115 COL 01, Letra A.	Câmara dos Deputados
<b>94</b>	PEC 00326/2017 CD	Laudivio Carvalho SD/MG	Altera o §1º, do art. 182 da Constituição Federal, tornando obrigatória a elaboração do Plano Diretor para as cidades.		Data: 01/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Moses Rodrigues (PMDB-CE)	Câmara dos Deputados



95	PL 00985/2015 CD PLC 00036/2015 SF	Domingos Neto	Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para alterar as penas nele previstas para o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	Altera a pena o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	Data: 07/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido nesta Comissão às 15h15. Matéria aguardando distribuição.;	Senado Federal
					Data: 06/05/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 148/15/PS-GSE.	
96	PL 06830/2013 CD	Dep. Valdir Colatto - PMDB /SC	Altera a Lei nº 12.651, de 25 maio de 2012, para dispor sobre as áreas de proteção permanente no perímetro urbano e nas regiões metropolitanas.		Data: 06/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS).	Câmara dos Deputados



97	PL 00696/2003 CD PLC 00166/2008 SF	Dep. Zezeu Ribeiro - PT /BA	Dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências.		Data: 26/05/2011 Casa: Se nado Federal Tramitação: SF- SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Ofício SF nº 746 de 26/05/11, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando que o Senado Federal aprovou, em revisão, substitutivo ao Projeto (fls. 51 a 53).; Data: 11/12/2015 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: PL EN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 3750/2015, pelo Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), que: "Requerimento de inclusão na pauta de votações do Projeto de Lei nº. 696, de 2003, que "dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura, e dá outras providências".	Câmara dos Deputados
----	--	-----------------------------------	---	--	--	-------------------------



98	PL 00791/2011 CD	Dep. Jovair Arantes - PTB /GO	Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.		Data: 19/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CT ASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Designado Relator, Dep. Orlando Silva (PCdoB-SP)	Câmara dos Deputados
99	PL 07841/2014 CD PLS 00399/2011 SF	Sen. Roberto Requião - PMDB /PR	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.	Altera a Lei nº 9394/96 - que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação - para determinar que os diplomas de cursos de graduação, Mestrado ou Doutorado de reconhecida excelência acadêmica, expedidos por instituições de educação superior estrangeiras, poderão ter revalidação ou reconhecimento automático; estabelece que o Poder Público divulgará, periodicamente, a lista de	Data: 30/07/2014 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexada cópia do Ofício SF nº 1092, de 30/07/2014, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 651 a 653).;	Câmara dos Deputados





				cursos e instituições acima referidas.	<p>Data: 29/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Deferido o Requerimento n. 6.461/2017, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro o Requerimento n. 6.461/2017. Desapense-se o Projeto de Lei n. 4.067/2015 do Projeto de Lei n. 7.841/2014, nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se. [ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 4.067/2015: à CSSF, à CE, à CCJC (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva das Comissões - art. 24, II, do RICD. Regime de tramitação: Prioridade.]".</p>	
--	--	--	--	--	---	--



10 0	PL 07093/2014 CD PLC 00164/2015 SF	Dep. Irajá Abreu - DEM /TO	Acresce dispositivo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	Estabelece critérios para dispensa de alvará na averbação de construção residencial urbana unifamiliar.	Data: 16/08/2017 Casa: Se nado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.;	Senado Federal
					Data: 13/10/2015 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 609/15/PS-GSE.	
10 1	PL 00600/2011 CD	Dep. Augusto Coutinho - SD /PE	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.		Data: 29/08/2016 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvido, a pedido, ao Relator, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR) para reexame.	Câmara dos Deputados



10 2	PL 04302/2012 CD	Dep. Laercio Oliveira - SD /SE	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	Assegura ao contratado o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações, assim que verificado qualquer atraso no pagamento da obra, serviço ou fornecimento contratado pelo Poder Público.	Data: 06/09/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Benjamin Maranhão (SD- PB).	Câmara dos Deputados
10 3	PL 01292/1995 CD PLS 00163/1995 SF	Lauro Campos	Altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Obriga o contratado a cientificar a administração pública, em oito dias, as subcontratações que realizar.	Data: 15/09/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-8463/2017.; Data: 12/02/2007 Casa: Se nado Federal Tramitação: SF- SARQ - Secretaria de Arquivo Ação: ARQUIVADO	Senado Federal
10 4	PL 02043/2011 CD	Dep. Ricardo Izar - PP /SP	Regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências.		Data: 31/05/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



10 5	PL 02245/2007 CD	Dep. Reginaldo Lopes - PT /MG	Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.		Data: 10/08/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: PL EN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 6979/2017, pelo Deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 2245/2007".	Câmara dos Deputados
10 6	PL 02664/2011 CD	Dep. Arnaldo Jardim - PPS /SP	Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental.		Data: 12/09/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CT ASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Prazo de Vista Encerrado	Câmara dos Deputados



10 7	PL 07607/2010 CD PLC 00013/2013 SF	José Chaves PTB	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.	Altera a Lei nº 5194/66 – que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências – para estabelecer que as atividades próprias das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são consideradas atividades essenciais e exclusivas de Estado.	Data: 18/08/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 660, de 2015, do Senador Romero Jucá, que solicita o desapensamento do PLC nº 13/2013. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em;	Senado Federal
					Data: 15/04/2013 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 101/13/PS-GSE.	



108	PL 03370/2012 CD PLC 00031/2014 SF	Dep. Augusto Coutinho - SD /PE	Dispõe sobre a obrigatoriedade de vistorias periciais e manutenções periódicas nas edificações constituídas por unidades autônomas, públicas ou privadas, em todo o território nacional, e dá outras providências.		Data: 19/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Romero Jucá.;	Senado Federal
					Data: 08/04/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desapensação do PL 3.376/12 (ex-apensado) deste, em função do seu arquivamento, nos termos do art. 163 c/c 164, § 4º do RICD.	



109	PL 04749/2009 CD	Dep. Celso Russomanno - PRB /SP	Eleva a dez anos a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança de edifícios e outras construções consideráveis.	Aumenta o tempo de responsabilidade do empreiteiro de 5 (cinco) para 10 (dez) anos.	Data: 05/07/2016 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Hildo Rocha (PMDB-MA).	Câmara dos Deputados
110	PL 06699/2002 CD	Jose Carlos Coutinho	Modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências.	Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Data: 08/08/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: PL EN - PLENÁRIO Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	Câmara dos Deputados



11 1	PL 06014/2013 CD PLS 00491/2011 SF	Marcelo Crivella	Determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE).	Cria a exigência da inspeção prévia e periódica em edificações (exceto edificação de barragens e estádios de futebol, por estarem abrangidos por legislação específica), destinada a verificar as condições de estabilidade, segurança construtiva e manutenção; estabelece que o objetivo da inspeção é efetuar o diagnóstico da edificação por meio de vistoria especializada, utilizando-se de Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE) para emitir parecer acerca das condições técnicas, de uso e de manutenção, com avaliação do grau de risco à segurança dos usuários; dispõe que após a emissão do laudo pelo órgão responsável pela fiscalização e controle das inspeções cabe ao proprietário ou responsável pela administração da edificação providenciar as ações corretivas, sob pena de multa diária; dispõ	Data: 18/07/2013 Casa: Se nado Federal Tramitação: SF- SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Remessa Ofício SF nº 1.682 de 17/07/13, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 98 a 101).;	Câmara dos Deputados
					Data: 05/04/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	





11 2	PL 03699/2004 CD	Dep. Arnaldo Faria de Sa - PTB /SP	Dispõe sobre a especialização do engenheiro de prevenção e combate a incêndios, do técnico de prevenção e combate a incêndios e do bombeiro civil e dá outras providências.		Data: 09/02/2015 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ- 176/2015.	Câmara dos Deputados
11 3	PL 01365/2011 CD	Dep. Vieira da Cunha - PDT /RS	Dispõe sobre condições necessárias à abertura e ao funcionamento de parques de diversão e similares e impõe responsabilidade solidária ao proprietário e ao administrador do empreendimento por danos causados em decorrência do mau estado de conservação, falhas técnicas em equipamentos ou de operação em desacordo com o disposto nesta Lei.		Data: 27/01/2016 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Félix Mendonça Júnior (PDT-BA)	Câmara dos Deputados



11 4	PL 08322/2014 CD PLS 00317/2013 SF	Sen. Ataídes Oliveira - PSDB /GO	Isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.	Isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar; estabelece que a isenção cessará quando houver oferta do bem produzido no Brasil em condições similares às do importado quanto ao padrão de qualidade, conteúdo técnico, preço e capacidade produtiva; dispõe que a lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.	Data: 22/08/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.;	Câmara dos Deputados
					Data: 19/12/2014 Casa: Se nado Federal Tramitação: SF- SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Remessa Ofício SF nº 1661 de 19/12/14, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 65 a 66).	



11 5	PL 05858/2013 CD PLS 00119/2011 SF	Sen. Acir Gurgacz - PDT /PR	Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para dispor sobre a implantação de redes subterrâneas de infraestrutura básica previamente às obras de pavimentação e condicionar a concessão de financiamento federal para obras municipais ao cumprimento dessa disposição.		Data: 18/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CF T - Comissão de Finanças e Tributação Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CFT, pelo Deputado Miro Teixeira (REDE-RJ).;	Câmara dos Deputados
					Data: 01/07/2013 Casa: Senado Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Remessa Ofício SF nº 1519 de 28/06/13, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 32 a 33).	



11 6	PL 00886/2011 CD	Dep. Alfredo Sirkis - PV /RJ	Dispõe sobre o trânsito por propriedades privadas para o acesso a sítios naturais públicos.		Data: 25/07/2012 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Ao Arquivo - Memorando nº 165/12 - COPER	Câmara dos Deputados
11 7	PL 01703/2011 CD	Dep. Jorge Tadeu Mudalen - DEM /SP	Dispõe sobre a instalação do denominado "Telhado Verde" e dá outras providências.		Data: 24/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvido sem manifestação pelo Relator não-membro.	Câmara dos Deputados
11 8	PL 01562/2011 CD PLC 00017/2016 SF	Dep. Félix Mendonça Júnior - PDT /BA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para estabelecer diretriz quanto à adoção de tecnologias construtivas ambientalmente adequadas.		Data: 17/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 31/16/PS-GSE.;	Senado Federal



					Data: 09/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de Requerimento de tramitação conjunta, de autoria do Senador José Pimentel. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Senado Federal em	
119	PL 02457/2011 CD PLS 00411/2007 SF	Marcelo Crivella	Institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em		Data: 30/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CF T - Comissão de Finanças e Tributação Retirado de pauta em virtude da ausência do relator.;	Câmara dos Deputados



			edificações públicas e privadas.		Data: 04/10/2011 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Remessa Ofício SF nº 1771 de 04/10/11, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 29 a 30).	
120	PL 08331/2015 CD PLS 00541/2011 SF	Sen. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB /SP	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos.	Altera a Lei nº 10.257/2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a	Data: 12/06/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.;	Câmara dos Deputados



				promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para garantir acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos passeios públicos.	Data: 09/01/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexada cópia do Ofício SF nº 1.677, de 31/12/2014, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 42 a 44).	
12 1	PL 02897/2008 CD PLC 00059/2010 SF	Miguel Martini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências - Estatuto da Cidade, no que diz	inclusão, no Estatuto da Cidade, de obrigação de o plano diretor do município conter diretrizes para o plano de arborização urbana, que deve estabelecer normas sobre o plantio e a conservação de árvores nos logradouros públicos e criar programa	Data: 22/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentado Requerimento de Retirada de pauta pelo Deputado Patrus Ananias.;	Câmara dos Deputados



			respeito à arborização urbana.	de educação ambiental para garantir a participação da população no trato da arborização.	Data: 20/09/2013 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexado o Ofício SF nº 2.118, de 20/09/2013, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 49 a 51).	
12 2	PL 04095/2012 CD	Dep. Bohn Gass - PT /RS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, no sentido da promoção do equilíbrio ambiental e das cidades sustentáveis.		Data: 24/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação Publicado em avulso e no DCD de 25/11/16, PÁG 615 COL 01, Letra C.	Câmara dos Deputados





12 3	PL 05015/2013 CD	Dep. Félix Mendonça Júnior - PDT /BA	Inclui dispositivo na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que prevendo, nas cidades com mais de duzentos mil habitantes, contrapartida pela valorização imobiliária decorrente do aumento do potencial construtivo ou da alteração de uso de solo.		Data: 13/06/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Ação: Apresentação do Parecer do Relator n. 3 CCJC, pelo Deputado Marcos Rogério (DEM-RO).	Câmara dos Deputados
12 4	PL 06709/2009 CD PLS 00198/2009 SF	Rosalba Ciarlini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescentar dispositivos de controle social da política urbana e de habitação.		Data: 22/12/2009 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Ofício SF nº 3214, de 22/12/09, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o Projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 21 a 22).;	Câmara dos Deputados



					Data: 22/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	
12 5	PL 02629/2011 CD	Dep. Fabio Faria - PSD /RN	Obriga a inclusão de ciclovias quando do projeto e da execução de obras rodoviárias federais.		Data: 19/05/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB).	Câmara dos Deputados
12 6	PL 05420/2013 CD PLS 00356/2011 SF	Sen. Ana Amelia - PP /RS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências,	Altera a Lei nº 10.257/2001 que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", denominado Estatuto da Cidade, para instituir o dever da União de	Data: 27/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CF T - Comissão de Finanças e Tributação Devolvido ao Relator, Dep. Benito Gama (PTB-BA), para atualizar a legislação orçamentária.;	Câmara dos Deputados



			denominado Estatuto da Cidade, para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes.	prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes.	Data: 18/04/2013 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexado o Ofício SF n.º 966, de 18/04/2013, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 25 a 26).	
--	--	--	---	---	---	--



12 7	PL 03228/2008 CD PLS 00350/2005 SF	Sen. Antonio Carlos Valadares - PSB /SE	Altera o Estatuto da Cidade, de forma a incluir a elaboração de plano de circulação de veículos não- motorizados como item obrigatório do plano diretor.		Data: 17/05/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o Requerimento n. 6.307/2017, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o pedido contido no Requerimento n. 6.307/2017, porque a matéria versada no Projeto de Lei n. 3.228/2008 não se enquadra no campo temático da Comissão de Viação e Transporte, delimitado no inciso XX do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se.";	Câmara dos Deputados
---------	--	--	---	--	---	-------------------------



					Data: 09/04/2008 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Ofício SF nº 461 de 09/04/08, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 31 a 32).	
128	PL 06462/2009 CD PLS 00205/2008 SF	Renato Casagrande	Modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978;		Data: 19/11/2009 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Ofício SF nº 2629 de 19/11/09, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 27 a 28).;	Câmara dos Deputados



			e dá outras providências", para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais.		Data: 08/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Hildo Rocha (PMDB-MA).	
12 9	PL 03252/2012 CD PLS 00432/2011 SF	Sen. Ana Rita - PT /ES	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas.	Altera a Lei nº 6.766/1979 que "dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências" para dispor que o plano diretor definirá as áreas mínimas e máximas de lotes, os coeficientes máximos de aproveitamento e os percentuais máximos de impermeabilização do solo e do excedente percentual máximo de chuvas que poderá ser carregado para a rede pública; altera a Lei nº 11.445/2007 para dispor que o titular dos serviços públicos de saneamento básico disciplinará a	Data: 16/02/2012 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Remessa Ofício SF nº 115 de 15/02/12, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (35 a 37).;	Câmara dos Deputados



				implantação obrigatória de sistemas de captação e retenção de águas pluviais em cada lote urbano, para reduzir sua velocidade de escoamento para as bacias hidrográficas urbanas, controlar a ocorrência de inundação e contribuir para a redução do consumo da água potável tratada, e, em caso de inércia do titular, os sistemas d	Data: 13/06/2012 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-6462/2009	
130	PL 06905/2017 CD PLS 00504/2013 SF	Wilder Morais PP/GO	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo.	Altera o Decreto-Lei nº 3365/41 – que Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública – para estabelecer que a desapropriação poderá abranger área contígua necessária ao desenvolvimento da obra ou destinada a reparcelamento do solo; define reparcelamento do solo; estabelece que os lotes resultantes de reparcelamento do solo e	Data: 19/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CD U - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.;	Câmara dos Deputados



				as unidades imobiliárias sobre eles eventualmente edificadas poderão ser incorporados ao patrimônio público na condição de bens dominicais ou alienados a terceiros; determina que na hipótese de reparcelamento do solo integrado a obra pública, a declaração de utilidade pública deverá delimitar as áreas indispensáveis à realização da obra e as que se destinam ao reparcelamento; condiciona a declaração de utilidade pública para reparcelamento do solo à prévia aprovação	Data: 14/02/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Remetido Ofício SF nº 85, de 13/02/2017, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls.49 a 51).	
13 1	PL 00816/2011 CD	Dep. Rubens Bueno - PPS /PR	Dispõe sobre a regulamentação de novas profissões		Data: 05/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvida sem Manifestação.	Câmara dos Deputados





13 2	PL 01004/2011 CD	Dep. Efraim Filho - DEM /PB	Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais.		Data: 08/07/2016 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CT ASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Designado Relator, Dep. Bebeto (PSB-BA)	Câmara dos Deputados
13 3	PL 04029/2008 CD PLC 00010/2017 SF	Dep. Carlos Bezerra - PMDB /MT	Proíbe impedimentos e restrições a profissionais liberais estrangeiros, atuando legalmente no País.	Altera a Lei nº 6.815, de 1980. Revoga dispositivo que veda ao estrangeiro participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do	Data: 20/12/2016 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 197/16/PS-GSE.;	Senado Federal



				exercício de profissão regulamentada.	Data: 04/04/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CAS - Comissão de Assuntos Sociais Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: A Presidente da Comissão, Senadora Marta Suplicy, designa o Senador Ricardo Ferraço Relator da matéria. O processado da matéria permanecerá na Secretaria da Comissão, conforme o art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 4, de 2015.	
134	PL 05680/2013 CD	Dep. Glauber Braga - PSB /RJ	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.		Data: 25/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CT ASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Apresentação do Parecer do Relator n. 3 CTASP, pelo Deputado Benjamin Maranhão (SD-PB).	Câmara dos Deputados



13 5	PL 06814/2017 CD PLS 00559/2013 SF	Senado Federal	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.		Data: 15/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PL EN - PLENÁRIO Ato da Presidência: Cria Comissão Especial, nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno.;	Senado Federal
					Data: 09/02/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-COARQ - Coordenação de Arquivo Ação: Recebido e arquivado.	
13 6	PL 02861/2008 CD PLS 00227/2005 SF	Sen. Alvaro Dias - PSDB /SPALVARO DIASVER IMAGEM DAS ASSINATURA S	Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e nos de Química, o piso salarial mínimo.		Data: 21/02/2008 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Ofício SF nº 93 de 20/02/08, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 30 a 31).;	Câmara dos Deputados



					Data: 19/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PL EN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 7272/2017, pelo Deputado João Daniel (PT-SE), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário o PL 2861/2008 que 'Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e nos de Química, o piso salarial".	
137	PL 03443/2012 CD PLC 00070/2013 SF	Dep. Pedro Uczai - PT/SC	Dispõe sobre a expedição de carteiras de registro profissional.	Estabelece a expedição de carteiras profissionais provisórias com validade de 180 (cento e oitenta dias).	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.;	Senado Federal



**CAU/BR**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

						Data: 02/10/2013 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 289/13/PS-GSE.	
--	--	--	--	--	--	---	--



138	PL 00866/2011 CD	Dep. Onofre Santo Agostini - DEM /SC	Dispõe sobre a construção e reforma de postos revendedores de combustíveis, estabelece a obrigatoriedade na execução de medidas preventivas de proteção ao meio ambiente e de segurança contra explosões e incêndios, e da outras providências.	Data: 22/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Defiro o Requerimento n. 1.321/2015, nos termos do art. 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, e revejo o despacho inicial aposto ao Projeto de Lei n. 866/2011 para incluir a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Por versar a referida proposição matéria de competência de mais de três Comissões de mérito, consoante o disposto no art. 34, II, do RICD, decido pela criação de Comissão Especial. Publique-se. Oficie-se.[ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL n. 866/2011: às CDEIC, CME, CDU, CMADS e CCJC (art. 54 do RICD) - Proposição sujeita à apreciação do Plenário. Regime de tramitação: Urgência do art. 155 do RICD.]	Câmara dos Deputados
-----	------------------	--------------------------------------	---	--	----------------------



<b>139</b>	PL 06179/2009 CD	Dep. Bonifacio de Andrada - PSDB /MG	Dispõe sobre o Bacharelado em Segurança do Trabalho e dá outras disposições.	Altera a Lei nº 7.410, de 1985.	Data: 24/08/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. José Carlos Aleluia (DEM-BA)	Câmara dos Deputados
------------	------------------------	--	---	------------------------------------	--	-------------------------



140	PL 04923/2013 CD	Dep. Nilda Gondim - PMDB /PB	Dispõe sobre as obrigações que devem ser observadas por proprietários, administradores e responsáveis por boates, casas de shows, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que funcionem em locais fechados, estabelecendo maior rigor para a liberação de seus alvarás de funcionamento.	Data: 05/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PL EN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 7178/2017, pelo Deputado Alexandre Leite (DEM-SP), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 4.923 de 2013, que 'dispõe sobre as obrigações que devem ser observadas por proprietários, administradores e responsáveis por boates, casas de shows, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que funcionem em locais fechados, estabelecendo maior rigor para a liberação de seus alvarás de funcionamento'".	Câmara dos Deputados
-----	------------------------	------------------------------------	---	--	----------------------





14 1	PL 04931/2013 CD	Dep. Ronaldo Fonseca - PR /DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, estabelecendo requisitos para a aplicação de recursos públicos na pavimentação das vias urbanas e rodovias.	Exige a instalação de sistema de drenagem, rede de abastecimento de água e rede de esgotos.	Data: 08/12/2016 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CF T - Comissão de Finanças e Tributação Recebimento pela CFT, apensado ao PL- 5858/2013	Câmara dos Deputados
14 2	PL 01650/2015 CD	Dep. Fabio Garcia - PSB /MT	Altera a Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público- privada no âmbito da administração pública.		Data: 27/03/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CD EICS - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço Recebimento pela CDEICS, apensado ao PL-7063/2017	Câmara dos Deputados
14 3	PL 04947/2013 CD PLC 00056/2014 SF	Onofre Santo Agostini PSD/SC	Altera o art. 28 da Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto das Cidades), para vedar o direito de Outorga Onerosa do Direito de Construir às casas noturnas, boates, de espetáculos ou afins.		Data: 15/05/2014 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 154/14/PS-GSE.;	Senado Federal



					Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	
14 4	PL 00963/2015 CD	Dep. Tereza Cristina - PSB /MS	Acrescenta o art. 9º-A a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispondo sobre a prioridade de alunos de instituições de ensino superior públicas na realização de estágio em obras públicas.		Data: 10/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CT ASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
14 5	PL 04697/2012 CD	Dep. Damiao Feliciano - PDT /PB	Dispõe sobre reserva de vagas para alunos oriundos da rede pública de ensino nos contratos e convênios de estágio.		Data: 10/02/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-6747/2016.	Câmara dos Deputados



14 6	PL 00840/2011 CD PLC 00016/2016 SF	Dep. Chico Alencar - PSOL /RJ	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.		Data: 23/05/2016 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desapensação do PL 1.385/11 (ex-apensado) deste, em função do seu arquivamento, nos termos do art. 163 c/c 164, § 4º do RICD.;	Senado Federal
---------	--	-------------------------------------	--	--	---	-------------------



					Data: 08/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de requerimento do Senador José Pimentel, que solicita a tramitação em conjunto dos PLS nºs 65/2014; 396/2014; 15/2015; 51/2015; 667/2015; 745/2015; e 58/2016, com os PLCS nºs 56/2014; 109/2014; 16/2016; e 17/2016. A leitura se dará quando todas as matérias estiverem sobre a mesa, nos termos do art. 266, do RISF.	
14 7	PL 04566/2008 CD PLC 00103/2015 SF	Comissão de Legislação Participativa	Altera dispositivos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências". NOVA EMENTA: Dispõe sobre a remuneração das con-		Data: 24/08/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.;	Senado Federal



			tas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; estabelece regime de transição para o aumento dessa remuneração; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e dá outras providências.		Data: 20/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CF T - Comissão de Finanças e Tributação Devolução à CCP	
148	PL 01358/2015 CD	Dep. Paulo Pereira da Silva - SD /SP	Acresce parágrafo ao art. 13 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Trata da remuneração dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS.	Data: 18/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PL EN - PLENÁRIO Declarado prejudicado em face da aprovação do Substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao PL 4.566/2008, principal. (Sessão Deliberativa Extraordinária de 18/8/2015 - 20h1min). Desapensação automática deste do PL 4.566/2008, principal, em face da declaração de prejudicialidade deste e do seu consequente arquivamento.	Câmara dos Deputados



14 9	PL 02381/2015 CD PLC 00213/2015 SF	Dep. Luiz Carlos Busato - PTB /RS	Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.		Data: 19/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único.;	Senado Federal
					Data: 10/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 703/2015/PS-GSE.	
15 0	PL 01868/2015 CD	Dep. Felipe Bornier - PROS /RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha vida", e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que "estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências".	Trata da implantação de energia solar e reaproveitamento de água em unidades habitacionais.	Data: 26/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CM ADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS.	Câmara dos Deputados



15 1	PL 02725/2011 CD PLC 00109/2014 SF	Romero Rodrigues	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.	Altera a Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), para facultar ao Poder Público permitir, mediante concessão aos titulares das unidades, o controle de acesso e a gestão sobre as áreas e equipamentos públicos nos loteamentos.	Data: 18/11/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 288/14/PS-GSE.;	Senado Federal
					Data: 14/09/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido, às 15h55min, o Relatório reformulado do Senador Romero Jucá, com voto pela prejudicialidade do Projeto. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.	



15 2	PL 02459/2015 CD	Carlos Marun PMDB/MS	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências".	Trata da composição do Conselho Curador do FGTS e dos critérios para distribuição do resultado financeiro obtido pelo FGTS no exercício anterior, mediante crédito nas contas vinculadas.	Data: 18/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLEN - PLENÁRIO Declarado prejudicado em face da aprovação do Substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao PL 4.566/2008, principal. (Sessão Deliberativa Extraordinária de 18/8/2015 - 20h1min). Desapensação automática deste do PL 4.566/2008, principal, em face da declaração de prejudicialidade deste e do seu conseqüente arquivamento.	Câmara dos Deputados
15 3	PL 02313/2015 CD	Dep. Carlos Manato - SD /ES	Disciplina o regime de transparência da gestão financeira dos conselhos profissionais e dá outras providências.		Data: 12/07/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CT ASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados





15 4	PL 05068/2016 CD PLS 00212/2008 SF	Cristovam Buarque PPS/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive aquelas reservadas para moradia de trabalhadores domésticos.	Data: 26/04/2016 Casa: Se nado Federal Tramitação: SF- SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexado o Ofício SF n.º 496, de 26/04/16, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 64 e 65).;	Câmara dos Deputados
				Data: 05/09/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Rubens Bueno (PPS-PR).	



15 5	PL 00138/2011 CD PLC 00159/2015 SF	Dep. Weliton Prado - PMB /MG	Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.		Data: 13/10/2015 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 604/15/PS-GSE.;	Senado Federal
					Data: 07/04/2017 Casa: Se nado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 201, de 2017, do Senador Romero Jucá, que solicita audiência da CCJ. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	



15 6	PL 03046/2015 CD PLS 00502/2011 SF	Paulo Paim PT/RS	Estabelece a obrigatoriedade de que a pessoa jurídica integrante da administração indireta divulgue os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços eletrônicos de seus conselheiros e dirigentes.	Dispõe que a pessoa jurídica integrante da administração pública indireta federal deve divulgar, inclusive na internet, os nomes e currículos de conselheiros, dirigentes e assessores de nível superior, bem como seus meios de contato, no mínimo, endereços, telefones e emails institucionais. Estabelece o conceito de dirigente e de assessor de nível superior. Dispõe que a lei tem vigência após 45 dias de sua publicação.	Data: 21/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexada cópia do Ofício SF nº 1.347, de 21/09/2015, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 21 e 22).;	Câmara dos Deputados
					Data: 18/02/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CT ASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	



15 7	PL 00359/2011 CD	Dep. Julio Lopes - PP /RJ	Dispõe sobre a obrigatoriedade da Administração Pública integrante dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público exigir que os produtos, processos, sistemas construtivos, componentes e serviços de Construção Civil ao serem adquiridos, estejam em estrita observância ao estabelecido no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial- Sinmetro.		Data: 12/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CF T - Comissão de Finanças e Tributação Recebido o Informativo da CONOF.	Câmara dos Deputados
15 8	PL 05733/2009 CD PLS 00023/2004 SF	Marcelo Crivella PRB/RJ	Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada		Data: 19/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CF T - Comissão de Finanças e Tributação Designado Relator, Dep. Uldurico Junior (PV-BA);	Câmara dos Deputados



			pelos Municípios, e a Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).		Data: 10/08/2009 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Ofício SF 1569, de 07/08/2009, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.	
15 9	PL 03788/2015 CD	Dep. CARLOS HENRIQUE GAGUIM - PMDB /TO	Proíbe a inauguração de obra pública que não disponha de termo de recebimento definitivo, e dá outras providências.		Data: 09/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 10/12/15 PÁG 190 COL 01.	Câmara dos Deputados



160	PL 03778/2015 CD	Dep. Felipe Bornier - PROS /RJ	Dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que "Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)".	Nos programas habitacionais públicos, os critérios de financiamento devem ser compatíveis com os rendimentos da pessoa com deficiência ou de sua família contemplando obrigatoriamente a redução das taxas de financiamentos.	Data: 15/09/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CD U - Comissão de Desenvolvimento Urbano Devolvido ao Relator, Dep. Carlos Marun (PMDB-MS)	Câmara dos Deputados
161	PL 03772/2015 CD	Dep. Giuseppe Vecci - PSDB /GO	Dispõe sobre medidas de abertura da economia no Brasil e de licitações.	Altera as Leis nº 10.406, de 2002; 8.934, de 1994; 5.194, de 1966; 8.666, de 1993; 8.248, de 1991. Revoga dispositivos das Leis nº 11.578, de 2007; 9.478, de 1997; e 12.351, de 2010.	Data: 13/06/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PL EN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Constituição de Comissão Especial de Projeto n. 6708/2017, pelo Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO), que: "Solicita a instalação da comissão especial destinada a dar parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.772, de 2015, que 'Dispõe sobre medidas de abertura da economia no Brasil e de licitações'".	Câmara dos Deputados



16 2	PL 03610/2015 CD	Dep. Vitor Valim - PMDB /CE	Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, estendendo o tempo em que as placas com os nomes dos responsáveis técnicos pelas obras devem ficar nos recintos.		Data: 26/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CT ASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
16 3	PL 03636/2015 CD PLS 00105/2015 SF	RICARDO FERRAÇO	Acrescenta parágrafo ao artigo 16 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, determinando que os acordos de leniência celebrados por entes da Administração	Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor que a celebração de acordo de leniência ficará condicionada à apreciação do Ministério Público que procederá ao exame de	Data: 17/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-8103/2017.;	Câmara dos Deputados



			Pública sejam homologados pelo Ministério Público.	legalidade, moralidade, razoabilidade e proporcionalidade de seus termos, homologando-o ou não.	Data: 16/11/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexada cópia do Ofício SF nº 1.756, de 16/11/2015, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 65 a 69).	
164	PL 02579/1992 CD PLC 00057/1994 SF	VASCO FURLAN PDS/SC	Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das		Data: 12/02/2007 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SARQ - Secretaria de Arquivo Ação: Processo arquivado;	Senado Federal





			importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais.		Data: 11/04/2012 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PL EN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 4923/2012, pelo Deputado Romero Rodrigues (PSDB-PB), que: "Solicita inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2579 de 1992, que "Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais".	
--	--	--	--	--	---	--



16 5	PL 03568/2015 CD	Dep. Lincoln Portela - PRB /MG	Acrescenta artigo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências, para permitir a concessão e a percepção do benefício aos inscritos em cadastro de empregadores ou em conselhos de fiscalização profissional.		Data: 14/06/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Publicado em avulso e no DCD de 15/06/2017 pág 203, Letra A.	Câmara dos Deputados
16 6	PL 02546/2015 CD	Dep. Vinicius Carvalho - PRB /SP	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para permitir que as Universidades possam fixar seus currículos com o auxílio dos Conselhos de Fiscalização Profissional.		Data: 04/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Encerramento automático do Prazo de Recurso 04/09/2017 20:27:00. Foi apresentado um recurso.	Câmara dos Deputados



16 7	PL 01944/2015 CD	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB /PB	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas disponibilizarem meios de acesso público para consulta a informações cadastrais dos profissionais registrados.		Data: 21/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
16 8	PL 05139/2009 CD	Poder Executivo	Disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, e dá outras providências.	Revoga as Leis nºs 7.347, de 1985 e 11.448, de 2007; e dispositivos das Leis nºs 7.853, de 1989; 7.913, de 1989; 8.069, de 1990; 8.078, de 1990; 8.884, de 1994; 9.008, de 1995; 9.494, de 1997; 10.257, de 2001; 10.741, de 2003. Oriundo do Anteprojeto do Código Brasileiro de Processo Coletivo. PROJETO DO 2º PACTO REPUBLICANO.	Data: 12/05/2010 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado 1 recurso.	Câmara dos Deputados



169	PL 06694/2013 CD	Dep. Arnaldo Faria de Sa - PTB /SP	Institui Cadastro de Peritos nos Órgãos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas.		Data: 22/05/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Publicado em avulso e no DCD de 23/05/2017, Letra A.	Câmara dos Deputados
170	PL 02117/2011 CD	Dep. Penna - PV /SP	Dispõe sobre a criação do Plano de Desenvolvimento Energético Integrado e do Fundo de Energia Alternativa.		Data: 18/04/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CM ADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Designado Relator, Dep. Nilto Tatto (PT-SP)	Câmara dos Deputados
171	PL 04328/2016 CD	Dep. Laura Carneiro - PMDB /RJ	Institui o Estatuto das Pessoas com Obesidade.		Data: 24/05/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CS SF - Comissão de Seguridade Social e Família Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



17 2	PL 04990/2016 CD	Dep. Luizianne Lins - PT /CE	Determina a divulgação, na forma que especifica, do tempo estimado de vida útil de prédios e demais edificações públicas, e dá outras providências.		Data: 08/06/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CD U - Comissão de Desenvolvimento Urbano Devolvido ao Relator, Dep. Angelim (PT-AC)	Câmara dos Deputados
17 3	PL 03637/2015 CD PLS 00388/2014 SF	Sen. Acir Gurgacz - PDT /PR	Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no	Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra) e da Lei nº 6.766/1979 (parcelamento do solo urbano), para determinar a observação da lei de parcelamento do solo urbano quanto aos lotes urbanos de colonização e quanto ao parcelamento de imóveis rurais com formação de imóveis com	Data: 22/09/2016 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 23/09/16 PÁG 67 COL 01, Letra B.;	Câmara dos Deputados



			parcelamento do solo urbano.	área inferior à do módulo de propriedade rural, e para afastar a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA nas alterações de uso do solo rural para fins urbanos ou para formação de sítios de recreio.	Data: 16/11/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexada cópia do Ofício SF nº 1.757, de 16/11/2015, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 85 a 87).	
174	PL 05010/2016 CD	Dep. Lúcio Vale - PR /PA	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, tendo em vista aperfeiçoar as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana		Data: 20/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-6675/2016.	Câmara dos Deputados



17 5	PL 05011/2016 CD	Dep. Lúcio Vale - PR /PA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, autodenominada Estatuto da Cidade, para exigir análise de mobilidade urbana nos Estudos de Impacto de Vizinhança.		Data: 14/06/2016 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 15/06/16 PÁG 625 COL 01, Letra A.	Câmara dos Deputados
17 6	PL 01794/2015 CD	Veneziano Vital do Rêgo PMDB/PB	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre o conteúdo mínimo do plano diretor, normas de verticalização e ocupação para redução de impactos ambientais por meio da instalação de coberturas vegetadas (telhados verdes) e reservatórios de águas pluviais em edifícios.		Data: 13/09/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CD U - Comissão de Desenvolvimento Urbano Retirado de pauta, de ofício.	Câmara dos Deputados



17 7	PL 06773/2006 CD PLC 00169/2015 SF	Dep. Antonio Carlos Mendes Thame - PV /SP	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para vedar pagamentos antecipados.		Data: 26/10/2015 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 629 /15/PS-GSE.;	Senado Federal
					Data: 26/04/2017 Casa: Se nado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	





178	PL 05334/2016 CD	Edinho Araújo PMDB/SP	Altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, que "dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras providências".		Data: 10/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 11/06/16 PÁG 39 COL 01.	Câmara dos Deputados
179	PL 05713/2013 CD	Sergio Zveiter PSD/RJ	Institui o Programa Empresa Consciente, com a concessão de incentivos fiscais do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ.	Para projetos ecológicos, projetos de arquitetura e urbanismo ecológicos, redução da poluição ambiental e valorização do trabalhador.	Data: 04/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CM ADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Designado Relator, Dep. Marcelo Aguiar (DEM-SP)	Câmara dos Deputados
180	PL 05851/2013 CD	Onofre Santo Agostini PSD/SC	Dispõe sobre edificações nas margens das faixas de domínio das rodovias federais.		Data: 22/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Bilac Pinto (PR-MG)	Câmara dos Deputados



18 1	PL 01227/2015 CD	Dep. Iracema Portella - PP /PI	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a acessibilidade ao sistema escolar das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.		Data: 30/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 31/08/2017, Letra B.	Câmara dos Deputados
18 2	PL 03147/2015 CD	Dep. Sóstenes Cavalcante - DEM /RJ	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer que as praias urbanas deverão dispor de acessos adaptados para permitir a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.		Data: 28/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 29/11/16, PÁG 119 COL 01, Letra B.	Câmara dos Deputados



18 3	PL 03729/2004 CD	Dep. Zezeu Ribeiro - PT /BASen. Walter Pinheiro - PT /BASen. WALTER PINHEIRO - PT /BA	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Dispõe que para a instalação de obra, empreendimento ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, será exigido Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), com ampla publicidade; regulamentando a Constituição Federal de 1988.	Data: 13/09/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CF T - Comissão de Finanças e Tributação Retirado de pauta a pedido do relator.	Câmara dos Deputados
18 4	PL 05638/2016 CD	Carlos Bezerra PMDB/MT	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, como condição à aplicação da Transferência do Direito de Construir, a necessidade de que o imóvel urbano esteja em situação regular perante as normas de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural.		Data: 31/10/2016 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 01/11/16, PÁG 234 COL 01, Letra A.	Câmara dos Deputados



18 5	PL 05664/2016 CD	Zé Silva SD/MG	Institui o Sistema de Obras Públicas (SisOP).		Data: 10/07/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CF T - Comissão de Finanças e Tributação Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
18 6	PL 07818/2014 CD	Geraldo Resende PMDB/MS	Estabelece a Política Nacional de Captação, Armazenamento e Aproveitamento de Águas Pluviais e define normas gerais para sua promoção.		Data: 29/06/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-7906/2017.	Câmara dos Deputados
18 7	PL 02776/2015 CD	Victor Mendes PV/MA	Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação sistemas de aproveitamento de águas pluviais e de reuso de águas residuais e ainda a obrigatoriedade de instalação de painéis para captação de energia solar em todas as novas edificações executadas com recursos da União.		Data: 13/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-6227/2016.	Câmara dos Deputados



<b>188</b>	PL 04405/2012 CD	Leonardo Quintão PMDB/MG	Altera a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e institui normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Estabelece que a modalidade convite poderá ser utilizada na contratação de serviços técnicos profissionais especializados.	Data: 11/02/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-277/2015.	Câmara dos Deputados
<b>189</b>	PL 03408/2015 CD PLS 00523/2013 SF	Pedro Taques PDT/MT	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para acrescentar a proibição de descarte	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias	Data: 31/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Covatti Filho (PP-RS).;	Câmara dos Deputados



			irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas, na forma da legislação local.	públicas; dispõe que o Distrito Federal e os Municípios regulamentarão a forma correta de descarte e estabelecerão sanções pecuniárias pelo descumprimento do disposto a pessoas físicas e jurídicas, sem prejuízo das competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a regulação de atividades específicas; determina que o Distrito Federal e os Municípios terão o prazo de dois anos para regulamentar o disposto nesta Lei.	Data: 26/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexado Ofício SF nº 1562, de 26/10/15, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 29 a 30).	
190	PL 05772/2016 CD	Vinicius Gurgel PR/AP	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, de modo a reajustar os limites adotados para as modalidades de licitação.		Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 06/08/16 PÁG 45 COL 01.	Câmara dos Deputados



19 1	PL 05765/2016 CD	Iracema Portella PP/PI	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir a reserva de percentual da mão de obra destinada ao cumprimento de contratos celebrados com a Administração Pública a estudantes universitários e estudantes de cursos técnicos profissionalizantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.		Data: 02/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CT ASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CTASP, pelo Deputado Felipe Bornier (PROS-RJ).	Câmara dos Deputados
19 2	PL 06117/2009 CD	Carlos Bezerra PMDB/MT	Estabelece que a obra intelectual produzida em cumprimento a dever funcional, contrato de trabalho ou de prestação de serviços pertencerá a ambas as partes.	Altera a Lei nº 9.610, de 1998.	Data: 05/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC ULT - Comissão de Cultura Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCULT, pela Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ).	Câmara dos Deputados





19 3	PL 02775/2011 CD	Penna PV/SP	Dispõe que as empresas potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais possuam responsável técnico em meio ambiente em seu quadro de funcionários ou consultoria técnica equivalente.		Data: 16/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Publicado em avulso e no DCD de 17/12/16 PÁG 79 COL 01, Letra B.	Câmara dos Deputados
19 4	PL 05793/2016 CD	Rocha PSDB/AC	Isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração energia renováveis não convencionais (fonte solar, eólica, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas e resíduos sólidos).		Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 06/08/16 PÁG 53 COL 01.	Câmara dos Deputados





<b>19 5</b>	PL 05739/2016 CD	Victor Mendes PSD/MA	Acrescenta os artigos 13, III, 20, "c", parágrafo único ao art. 28 e parágrafo único ao art. 60 à Lei 12.305 (Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2 de agosto de 2010, para incluir os resíduos extraordinários.		Data: 11/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CM ADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Devolvido ao Relator, Dep. Stefano Aguiar (PSD-MG), para alterar parecer.	Câmara dos Deputados
<b>19 6</b>	PL 08085/2014 CD PLS 00454/2012 SF	Ana Amélia PP/RS	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular para fins de formação de condutores em vias públicas.	Altera a Lei nº 9.503/1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular para fins de formação de condutores em vias públicas; dispõe que o CONTRAN fixará a carga horária mínima a ser exigida para a prática de direção em vias públicas durante o processo de aprendizagem.	Data: 11/11/2014 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexada cópia do Ofício SF nº 1.395, de 11/11/2014, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 16 a 17).;	Câmara dos Deputados



					Data: 08/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-8361/2017.	
197	PL 04615/2016 CD	Dr. Jorge Silva PROS/ES	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar que a alocação de recursos federais para obras estaduais e municipais seja condicionada à existência de projeto básico.		Data: 12/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CT ASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CTASP, pelo Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO).	Câmara dos Deputados
198	PL 07333/2002 CD	Pompeo de Mattos PDT/RS	Altera o art. 75 da Lei Federal nº 9. 504, de 30 de setembro de 1997, vedando a realização de atos de inauguração de obras públicas, nos três meses que antecedem às eleições.		Data: 23/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 9 CCJC, pelo Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA).	Câmara dos Deputados



199	PL 05871/2016 CD	Antonio Carlos Mendes Thame PV/SP	Revoga os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para extinguir o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, e dá outras providências.		Data: 16/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Recebimento pela CCJC.	Câmara dos Deputados
200	PL 01675/2015 CD	Veneziano Vital do Rêgo PMDB/PB	Torna obrigatória a utilização de patamares mínimos de água de reúso por plantas industriais e prédios comerciais que se instalarem em regiões de baixa precipitação pluviométrica.		Data: 30/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Daniel Vilela (PMDB-GO)	Câmara dos Deputados
201	PL 05909/2016 CD	Fábio Mitidieri PSD/SE	Estabelece medidas adicionais para a licitação de obras públicas decorrentes da execução de emendas parlamentares.	Altera a Lei nº 8.666 de 1993.	Data: 12/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CT ASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados



20 2	PL 00127/2015 CD	Dep. João Fernando Coutinho - PSB /PE	Altera a Lei 11.977 de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências.		Data: 12/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CM ADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-7499/2014	Câmara dos Deputados
20 3	PL 01213/2015 CD	João Fernando Coutinho PSB/PE	Altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estabelecer a obrigatoriedade do Projeto Executivo antes do início de obras públicas .		Data: 14/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-6441/2016.	Câmara dos Deputados
20 4	PL 03876/2015 CD	Dep. Edmilson Rodrigues - PSOL /PA	Estabelece normas para elaboração do cadastro territorial dos municípios e dá outras providências.		Data: 06/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CF T - Comissão de Finanças e Tributação Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
20 5	PL 04330/2004 CD PLC 00030/2015 SF	Sandro Mabel PL/GO	Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. NOVA EMENTA: Dispõe sobre os contratos de terceirização e as		Data: 27/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 140/2015/PS-GSE.;	Senado Federal



			relações de trabalho deles decorrentes.		Data: 13/07/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O presidente da Comissão, senador Tasso Jereissati, designa o senador Ricardo Ferraço relator da matéria. Tramitam em conjunto o PLC 30/2015, PLC 195/2015, PLS 87/2010, PLS 447/2011 e PLS 339/2016.	
206	PL 06058/2016 CD	Iracema Portella PP/PI	Altera a Lei nº 11.977, de 2009 (Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV), para dispor sobre a implantação de calçadas ecológicas.		Data: 06/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CD U - Comissão de Desenvolvimento Urbano Designado Relator, Dep. Rôney Nemer (PP-DF)	Câmara dos Deputados



207	PL 06140/2016 CD	Augusto Carvalho SD/DF	Altera o art. 13 da Lei 8.666, de 30 de junho de 1993, de para incluir no rol de serviços técnicos especializados aqueles relativos à gestão ambiental, direito ambiental e sustentabilidade.		Data: 13/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CM ADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Aprovado Requerimento de Retirada de pauta do Autor.	Câmara dos Deputados
208	PL 06151/2016 CD	Flávia Morais PDT/GO	Acrescenta dispositivos às leis nº 10.520/02 e 8.666/1993.	Proíbe a contratação de obras e serviços de engenharia pela modalidade de pregão.	Data: 28/09/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CT ASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
209	PL 06139/2016 CD	Augusto Carvalho SD/DF	Altera a redação do parágrafo único do art. 1º, inclui o inciso XIX no art. 2º e o § 5º, alíneas "a" a "g", no art. 40, todos da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para inserir a Sustentabilidade Urbana como um dos objetivos expressos do Estatuto das Cidades e atribuir-lhe um conceito.		Data: 28/09/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 29/09/16 PÁG 26 COL 01.	Câmara dos Deputados



210	PL 02123/2015 CD PLC 00005/2017 SF	Rômulo Gouveia PSD/PB	Inclui novo § 4º ao art. 40 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor - , para proibir a cobrança de taxa de visita técnica ou de qualquer despesa do consumidor com a finalidade de elaboração de orçamento.		Data: 22/05/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da CTFC, Senador ATAÍDES OLIVEIRA, designa a Senadora FÁTIMA BEZERRA relatora da matéria. O processado físico permanece na Comissão.;	Senado Federal
					Data: 20/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 192/16/PS-GSE.	



21 1	PL 06207/2013 CD	Walter Feldman PSDB/SP	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a circulação de pedestres e ciclistas.		Data: 26/06/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CV T - Comissão de Viação e Transportes Devolvido ao Relator, Dep. Julio Lopes (PP-RJ), para reexame de parecer após dados colhidos na Audiência Pública realizada em 20.06.2017.	Câmara dos Deputados
---------	------------------------	------------------------------	---	--	---	----------------------





21 2	PL 04108/2015 CD	Marcelo Belinati PP/PR	Altera o texto do caput e do parágrafo único do art. 7º, da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para instituir a obrigatoriedade da reserva de vagas de estacionamento em condomínios para pessoas com deficiência que importe em dificuldade de locomoção.		Data: 21/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 22/08/2017, Letra B.	Câmara dos Deputados
21 3	PL 00953/2011 CD	Bruna Furlan PSDB/SP	Dispõe sobre o uso de material permeável na pavimentação de estacionamentos abertos.	Asfalto poroso, concreto poroso, blocos de concreto vazado.	Data: 06/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CF T - Comissão de Finanças e Tributação Recebimento pela CFT, apensado ao PL-1069/2007	Câmara dos Deputados
21 4	PL 01776/2011 CD	Heuler Cruvinel DEM/GO	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispondo sobre a pavimentação das vias de circulação dos parcelamentos urbanos.		Data: 06/02/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-101/2015 porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s).	Câmara dos Deputados



21 5	PL 03057/2000 CD	Bispo Wanderval PL/SP	Inclui § 2º no art. 41 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, numerando-se como § 1º o atual parágrafo único.	Estabelece que para o registro de loteamento suburbano de pequeno valor, implantado irregularmente até 31 de dezembro de 1999 e regularizado por lei municipal, não há necessidade de aprovação da documentação, por outro órgão.	Data: 12/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-7270/2017.	Câmara dos Deputados
21 6	PL 06429/2009 CD	José Airton Cirilo PT/CE	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para ampliar o período de garantia das obras de infraestrutura e de pavimentação de estradas e vias urbanas.	Amplia para seis anos o prazo da responsabilidade do empreiteiro sobre obras de pavimentação de estradas e vias urbanas.	Data: 15/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Recebimento pela CCJC, com as proposições PL-6439/2009, PL-7023/2010, PL-5058/2013 apensadas.	Câmara dos Deputados
21 7	PL 00132/2011 CD	Weliton Prado PT/MG	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, para estabelecer como diretriz na pavimentação de vias públicas o emprego de massa asfáltica produzida com borracha de pneus inservíveis.		Data: 16/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-7013/2017.	Câmara dos Deputados



218	PL 07023/2010 CD	Rodvalho PP/DF	Acrescenta parágrafo ao art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, de forma a ampliar para dez anos a garantia das obras de infra-estrutura e pavimentação de estradas e vias urbanas.		Data: 15/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Recebimento pela CCJC.	Câmara dos Deputados
219	PL 05645/2016 CD	Miguel Haddad PSDB/SP	Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	Dispõe sobre o quórum para a realização de obra que modifique a fachada em unidade autônoma de condomínio.	Data: 24/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 25/05/2017, Letra A.	Câmara dos Deputados
220	PL 04060/2015 CD	Sarney Filho PV/MA	Dispõe sobre coleta, escoamento e aproveitamento da água proveniente do processo de condensação de aparelhos de ar condicionado, e dá outras providências.		Data: 19/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvido ao Relator, Dep. Roberto de Lucena (PV-SP).	Câmara dos Deputados



22 1	PL 02831/2015 CD	Veneziano Vital do Rêgo PMDB/PB	Altera a Lei nº 11.124, de 2005, e a Lei nº 11.977, de 2009, para incluir a obrigatoriedade de instalação de biblioteca pública e salas de estudos nos projetos de conjuntos habitacionais financiados pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse social (FNHIS) ou implantados no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU).		Data: 29/08/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CE - Comissão de Educação Apresentação do Parecer do Relator, PRL 3 CE, pelo Dep. Pedro Fernandes	Câmara dos Deputados
22 2	PL 06196/2016 CD	Dep. Carlos Sampaio - PSDB /SP	Inclui dispositivos ao Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.		Data: 24/10/2016 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 25/10/2016.	Câmara dos Deputados



22 3	PL 06220/2016 CD	Dep. Carlos Bezerra - PMDB /MT	Modifica os arts. 3º, 9º e 53 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	Amplia a competência dos juizados especiais cíveis para atuar em causas de até sessenta salários mínimos.	Data: 21/10/2016 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 22/10/16 PÁG 42 COL 01.	Câmara dos Deputados
22 4	PL 06227/2016 CD	Dep. Mariana Carvalho - PSDB /RO	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistemas de aquecimento de água por meio de energia solar e de captação e reaproveitamento de águas pluviais em prédios de propriedade da União, e dá outras providências.		Data: 24/10/2016 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 25/10/2016.	Câmara dos Deputados



22 5	PL 04162/2015 CD	Marcelo Belinati PP/PR	Acrescenta o parágrafo único no art. 57 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar que as empresas que comercializam roupas deverão ter ao menos um provador adaptado para pessoas com deficiência.		Data: 13/06/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 14/06/17 PÁG 585 COL 01, Letra B.	Câmara dos Deputados
22 6	PL 01242/2015 CD	Deley PTB/RJ	Altera a redação do art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.		Data: 23/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CT ASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvido ao Relator, Dep. Fábio Mitidieri (PSD-SE), para manifestar-se a respeito do PL 8.161/17, apensado.	Câmara dos Deputados



22 7	PL 01739/2007 CD	Paulo Teixeira PT/SP	Introduz dispositivos sobre a sustentabilidade do ambiente construído na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.	Estabelece a elaboração de plano de sustentabilidade do ambiente construído para municípios com mais de cem mil habitantes que incorpore soluções para projeto, construção e reciclagem das edificações com utilização de materiais sustentáveis, qualidade ambiental, eficiência energética, racionalização de uso da água, impermeabilização do solo.	Data: 31/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-7177/2017.	Câmara dos Deputados
22 8	PL 06441/2016 CD	Vanderlei Macris PSDB/SP	Altera a Lei 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública.	Exige a apresentação de projeto executivo antes da licitação.	Data: 17/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 18/11/16 PÁG 134 COL 01.	Câmara dos Deputados



229	PL 04235/2015 CD	Marcelo Belinati PP/PR	Altera o art. 36 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para determinar a obrigatoriedade de EIV (Estudo de Impacto na Vizinhança), nas construções de condomínios edifícios com mais de 80 unidades autônomas, loteamentos e construção ou ampliação de shopping centers e mercados de grande porte, assim entendidos que tiverem área interna acima de 300 m², com o objetivo de combater o crescimento urbano desordenado.		Data: 05/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
230	PL 06518/2016 CD	Antonio Bulhões PRB/SP	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre barreiras arquitetônicas em templos religiosos.		Data: 10/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CP D - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados





23 1	PL 06529/2016 CD	Pedro Uczai PT/SC	Altera a Lei nº 12. 587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política de Mobilidade Urbana, para conferir nova atribuição aos Municípios.	Estabelece que é atribuição do Município garantir a iluminação adequada nos pontos de embarque e desembarque do transporte público.	Data: 13/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 14/12/16, PÁG 359 COL 01.	Câmara dos Deputados
23 2	PL 04888/2016 CD	Cabo Daciolo PTdoB/RJ	Altera o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que "organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional", para proibir a construção de monumentos estrangeiros no Brasil.		Data: 01/06/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC ULT - Comissão de Cultura Designado Relator, Dep. Arnaldo Jordy (PPS-PA)	Câmara dos Deputados
23 3	PL 06403/2016 CD	Marco Maia PT/RS	Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências.	Altera as Leis nº 6.015 de 1973; 11.952, de 2009; 11.483, de 2007; 6.766, de 1979; nº 10.931, de 2004; e 12.024 de 2009.	Data: 11/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 12/11/16 PÁG 34 COL 01.	Câmara dos Deputados



<b>23 4</b>	PL 03162/2015 CD	Cristiane Brasil PTB/RJ	Altera a Lei nº. 11.977, de 7 de Julho de 2009 que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.		Data: 08/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Aperse-se a este(a) o(a) PL-6403/2016.	Câmara dos Deputados
<b>23 5</b>	PL 05658/2016 CD	Julio Lopes PP/RJ	Altera a Lei nº 11.977 de 2009 para tornar obrigatória a instalação prévia de medidores individuais de consumo de água nas unidades habitacionais implantadas pelo Programa.		Data: 14/07/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CD C - Comissão de Defesa do Consumidor Recebimento pela CDC, apensado ao PL-1104/2015	Câmara dos Deputados



23 6	PL 00663/2015 CD	Julio Lopes PP/RJ	Dispõe sobre norma geral relativa à medição de consumo de água nas novas unidades de edificações residenciais e comerciais de caráter condominial.		Data: 11/07/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Arquivado nos termos do § 4º do art. 164 do RICD (prejudicado). Desapensação automática dos Projetos de Lei n. 1.104/2015, 1.455/2015 (e seu apenso, Projeto de Lei n. 2.055/2015), 2.358/2015, 2.445/2015 e 5.658/2016, em face do arquivamento do Projeto de Lei 663/2015, principal.	Câmara dos Deputados
---------	------------------------	----------------------	--	--	---	----------------------



23 7	PL 06619/2016 CD	Julio Lopes PP/RJ	Dá nova redação ao § 1º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer a obrigatoriedade do sistema de modelagem da informação da construção, identificado pela sigla inglesa BIM - Building Information Model, na confecção de projetos executivos de obras e serviços de engenharia contratados pelos órgãos e entidades da administração pública, e dá outras providências.		Data: 10/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CF T - Comissão de Finanças e Tributação Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
23 8	PL 05546/2013 CD	Paulo Feijó PR/RJ	Dispõe sobre a criação do Selo Cidade Sustentável.		Data: 24/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CM ADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Designado Relator, Dep. Arnaldo Jordy (PPS-PA)	Câmara dos Deputados



<b>239</b>	PL 05561/2016 CD	Professor Sérgio de Oliveira PSD/PR	Cria mecanismo de compensação para empresas e instituições prejudicadas por motivos de obras públicas.		Data: 02/08/2016 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CT ASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
<b>240</b>	PL 05954/2016 CD	Givaldo Vieira PT/ES	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para dispor sobre contrapartidas a serem prestadas pelo beneficiário de outorga onerosa do direito de construir e de outorga onerosa pela alteração do uso do solo.		Data: 11/04/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



24 1	PL 02829/2015 CD	Veneziano Vital do Rêgo PMDB/PB	Dispõe sobre a democratização, descentralização e transparência dos procedimentos decisórios em programas habitacionais de interesse social	Altera a Lei nº 11.124, de 2005.	Data: 22/12/2016 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 23/12/16 PÁG. 320 COL. 01, Letra A.	Câmara dos Deputados
24 2	PL 06560/2016 CD	Eduardo Barbosa PSDB/MG	Altera a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, para dispor sobre a formação do profissional de Engenharia de Segurança do Trabalho.		Data: 13/12/2016 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 14/12/16, PÁG 360 COL 01.	Câmara dos Deputados



24 3	PL 06860/2017 CD	Rômulo Gouveia PSD/PB	Dispõe sobre a acessibilidade a eventos realizados ao ar livre; altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.		Data: 05/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CP D - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
24 4	PL 06877/2017 CD	Jaime Martins PSD/MG	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para incluir a análise de risco de desastre no âmbito do licenciamento ambiental		Data: 03/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 04/03/17 PÁG 35 COL 01.	Câmara dos Deputados
24 5	PL 06876/2017 CD	Jaime Martins PSD/MG	Modifica a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre as diretrizes da política urbana, o desenho urbano que privilegie a locomoção por pedestres e ciclistas		Data: 07/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 08/03/17 PÁG 130 COL 01.	Câmara dos Deputados



24 6	PL 06798/2017 CD	Cabo Sabino PR/CE	Determina a disponibilização de leitos apropriados para pessoas com deficiência de locomoção ou mobilidade reduzida em hotéis, motéis, albergues, pousadas e assemelhados e dá outras providências		Data: 10/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
24 7	PL 06988/2017 CD	Professor Victório Galli PSC/MT	Altera o § 3º do Art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações), para Institui o seguro-garantia em todos os contratos de obras, fornecimentos e serviços públicos.		Data: 14/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
24 8	PL 06950/2017 CD	Leandre PV/PR	Acrescenta o inciso VI ao art. 32 da lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.		Data: 21/06/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Devolvido ao Relator, Dep. Julio Lopes (PP-RJ)	Câmara dos Deputados





24 9	PL 06977/2017 CD	Pr. Marco Feliciano PSC/SP	Modifica o artigo 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para majorar a pena do crime de pichação e aumentar o valor da multa prevista no § 1º do artigo 49-A do Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.		Data: 13/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CM ADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-6447/2016	Câmara dos Deputados
25 0	PL 07061/2017 CD	Damião Feliciano PDT/PB	Altera a lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para incluir o direito à mobilidade.		Data: 06/06/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CD U - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
25 1	PL 07050/2017 CD	Professor Victório Galli PSC/MT	Altera o art. 5º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para determinar a cobrança de anuidade após os primeiros 36 meses de registro em seus respectivos conselhos profissionais.		Data: 02/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CT ASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



25 2	PL 07067/2017 CD	João Rodrigues PSD/SC	Altera a Lei de Execução Penal para permitir que o detendo ou ente da iniciativa privada faça reformas nos estabelecimentos prisionais	Altera a Lei nº 7.210, de 1984.	Data: 17/07/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado Publicado em avulso e no DCD de 18/07/2017, Letra A.	Câmara dos Deputados
25 3	PL 07114/2017 CD	Lúcio Vale PR/PA	Dispõe sobre o financiamento pela União das ações de capacitação e gestão em mobilidade urbana.	Altera as Leis nº 9.602, de 1998, 9.503, de 1997 e 12.587, de 2012.	Data: 14/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CD U - Comissão de Desenvolvimento Urbano Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 15/09/2017)	Câmara dos Deputados
25 4	PL 07230/2017 CD	Lúcio Vale PR/PA	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a contratação de projetos e serviços de consultoria.		Data: 29/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CT ASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados



25 5	PL 07270/2017 CD	Irajá Abreu PSD/TO	Disciplina a regularização fundiária em áreas urbanas e dá outras providências.	Altera as Leis nº 11.977, de 2009 e 12.651, de 2012.	Data: 20/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 21/04/17 PÁG 101 COL 01.	Câmara dos Deputados
25 6	PL 07462/2017 CD	Carlos Henrique Gaguim PTN/TO	Dá nova redação aos arts. 54 e 55 da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecendo novos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e para a elaboração de planos estaduais de resíduos sólidos e de planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos.		Data: 11/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 12/05/17 PÁG 117 COL 01.	Câmara dos Deputados



257	PL 07622/2017 CD	Carlos Henrique Gaguim PTN/TO	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tratar da responsabilidade civil por danos decorrentes de defeitos construtivos em imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida.		Data: 25/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 26/05/2017.	Câmara dos Deputados
258	PL 07592/2017 CD	Paulo Abi-Ackel PSDB/MG	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para incluir a construção de hospitais e escolas dentre as atividades consideradas de interesse social para efeito de supressão de Área de Preservação Permanente.		Data: 13/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CD U - Comissão de Desenvolvimento Urbano Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDU, pelo Deputado Leopoldo Meyer (PSB-PR).	Câmara dos Deputados
259	PL 07646/2017 CD	Cesar Souza PSD/SC	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as áreas de preservação permanente em perímetro urbano e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas		Data: 04/07/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CD U - Comissão de Desenvolvimento Urbano Designado Relator, Dep. Afonso Florence (PT-BA)	Câmara dos Deputados



260	PL 07504/2017 CD	Iracema Portella PP/PI	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre a obrigatoriedade de reserva de vagas destinadas para bicicletas em estacionamentos.		Data: 31/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CD U - Comissão de Desenvolvimento Urbano Recebimento pela CDU, apensado ao PL-5743/2016	Câmara dos Deputados
261	PL 05179/2016 CD	Poder Executivo	Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e Agrícolas.	Revoga dispositivo da Lei nº 5.194, de 1996.	Data: 13/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Proferido o Parecer.	Câmara dos Deputados
262	PL 03524/2015 CD	Eros Biondini PTB/MG	Estabelece a obrigatoriedade de instalação de mictórios inteligentes em banheiros de uso coletivo.		Data: 30/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC JC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Recebimento pela CCJC.	Câmara dos Deputados
263	PL 07903/2017 CD	Francisco Florianio DEM/RJ	"Dispõe sobre a utilização parcial de água de reuso para fins não potáveis pelo Poder Público Federal".		Data: 03/07/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CM ADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS.	Câmara dos Deputados



26 4	PL 07750/2017 CD	Aureo SD/RJ	Dispõe sobre a utilização do símbolo internacional de acessibilidade; modifica a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e dá outras providências.		Data: 29/06/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CP D - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
26 5	PL 06779/2016 CD	Mariana Carvalho PSDB/RO	Institui o programa de apadrinhamento de espaços públicos.		Data: 13/06/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CD U - Comissão de Desenvolvimento Urbano Aprovado o Requerimento de Retirada de pauta do Deputado Leopoldo Meyer.	Câmara dos Deputados
26 6	PL 07963/2017 CD	Marcelo Álvaro Antônio PR/MG	Altera o a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.	Estabelece que os municípios podem alterar a destinação de áreas urbanas de acordo com o interesse público.	Data: 01/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 02/08/2017.	Câmara dos Deputados



26 7	PL 06889/2017 CD	Giacobo PR/PR	Acrescenta os artigos 5-A, 5-B e incisos I e II à Lei nº 9,696, de 1 de setembro de 1998.	Trata da competência do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Educação Física.	Data: 16/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CE SPO - Comissão do Esporte Retirado de pauta pelo Relator.	Câmara dos Deputados
26 8	PL 06869/2017 CD	Aliel Machado REDE/PR	Altera a Lei Federal nº 8.429 de 2 de junho 1992, para acrescentar, como ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, o abandono e/ou desuso a equipamento, obra, ou quaisquer bens públicos.		Data: 23/02/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 24/02/17 PÁG 13 COL 01.	Câmara dos Deputados
26 9	PL 08147/2017 CD	Jéssica Sales PMDB/AC	Torna obrigatório o Plano de Evacuação de Unidades Hospitalares em situação de risco.		Data: 24/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 25/08/2017.	Câmara dos Deputados





27 0	PL 06893/2017 CD	Zenaide Maia PR/RN	Dispõe sobre mecanismos jurídicos para reparação de danos decorrentes de falta de solidez e segurança de edificações.		Data: 06/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CD EICS - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 08/09/2017)	Câmara dos Deputados
27 1	PL 08183/2017 CD	João Daniel PT/SE	Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Trata de licitação nas empresas estatais.	Data: 13/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CD EICS - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
27 2	PL 06808/2017 CD	Antonio Carlos Mendes Thame PV/SP	Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de Designer e dá outras providências.		Data: 16/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CT ASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Retirado de pauta a requerimento do Deputado Assis Melo	Câmara dos Deputados





27 3	PL 08265/2017 CD	Luzia Ferreira PPS/MG	Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para conferir preferência a projetos culturais populares e locais para doações ou patrocínios de empresas públicas e sociedades de economia mista e para permitir isenção fiscal a doações ao Fundo Nacional de Cultura (FNC) e dá outras providências.		Data: 11/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 12/09/2017.	Câmara dos Deputados
27 4	PL 08277/2017 CD	Cajar Nardes PR/RS	Dispõe sobre o reúso de água para fins não potáveis em novas edificações públicas federais e privadas residenciais, comerciais e industriais, e dá outras providências.	Altera as Leis nºs: 9.433, de 1997; 10.257, de 2001 e 11.445, de 2007.	Data: 29/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 30/08/2017.	Câmara dos Deputados



<b>27 5</b>	PL 08474/2017 CD	Rogério Silva PMDB/MT	Altera a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que "institui normas para licitações e contratos da Administração Pública", para alterar os valores limites das modalidades licitatórias.		Data: 15/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se à(ao) PL-6957/2002. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Câmara dos Deputados
<b>27 6</b>	PLP 00171/2015 CD	Geraldo Resende PMDB/MS	Altera o § 16 do art. 21 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para autorizar o parcelamento das dívidas tributárias das pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES NACIONAL em até 180 (cento e oitenta) meses.		Data: 22/08/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PLP-405/2017.	Câmara dos Deputados



27 7	PLP 00014/2015 CD	Odelmo Leão PP/MG	Dispõe sobre a cooperação entre os entes federados tendo em vista assegurar a elaboração e a implementação dos planos de saneamento básico e de resíduos sólidos, altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e dá outras providências.		Data: 19/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CT ASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Designada Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO)	Câmara dos Deputados
27 8	PLP 00327/2016 CD	Helder Salomão PT/ES	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com o objetivo de modificar as faixas de receita brutas de empresas optantes do Simples Nacional e dá outras providências.		Data: 02/06/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, publicado no DCD de 03/06/17 PÁG 98 COL 01, Letra A.	Câmara dos Deputados



27 9	PLP 00384/2017 CD	Veneziano Vital do Rêgo PMDB/PB	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.	Concede condições especiais de pagamento de tributos à micro e pequena empresa constituída por pessoas com idade entre dezoito e vinte e cinco anos.	Data: 06/09/2017 Casa: Câ mara dos Deputados Tramitação: CC P - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, publicado no DCD de 07/09/2017, Letra A.	Câmara dos Deputados
---------	-------------------------	---------------------------------------	--	--	---	-------------------------



280	PLP 00137/2015 CD PLS 00199/2015 SF	Senado Federal - Flexa Ribeiro PSDB/PA	Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e dá outras providências.		Data: 11/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o Requerimento n. 7.055/2017, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o Requerimento n. 7.055/2017, nos termos do art. 142, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porque os Projetos de Lei Complementar n. 401/2017 e n. 137/2015 tratam de matérias correlatas. Publique-se. Oficie-se.";	Câmara dos Deputados
-----	---	---	---	--	---	----------------------



					<p>Data: 04/08/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexado Ofício SF nº 961, de 04/08/15, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 53 a 62).</p>	
--	--	--	--	--	---	--



28 1	PLP 00401/2017 CD	Miguel Haddad PSDB/SP	Disciplina os processos de incorporação e fusão de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal; vincula o recebimento de transferências voluntárias da União para os Municípios com população inferior a cinco mil habitantes ao início do processo de fusão ou incorporação, e dá outras providências.		Data: 11/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: ME SA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o Requerimento n. 7.055/2017, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o Requerimento n. 7.055/2017, nos termos do art. 142, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porque os Projetos de Lei Complementar n. 401/2017 e n. 137/2015 tratam de matérias correlatas. Publique-se. Oficie-se."	Câmara dos Deputados
---------	-------------------------	--------------------------	---	--	--	----------------------



28 2	PLP 00420/2017 CD	Jorge Côrte Real PTB/PE	Altera a Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, para dispor sobre o parcelamento dos débitos apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	Data: 13/09/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PL EN - PLENÁRIO Apresentação do Projeto de Lei Complementar n. 420/2017, pelo Deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE), que: " Altera a Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, para dispor sobre o parcelamento dos débitos apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. ".	Câmara dos Deputados
---------	-------------------------	----------------------------	---	--	----------------------





28 3	REQ 06480/2017 CD	Joaquim Passarinho PSD/PA	Requer a realização de Sessão Solene em comemoração ao dia do Arquiteto e Urbanista e do sexto aniversário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/BR.		Data: 18/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PL EN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Sessão Solene n. 6480/2017, pelo Deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA), que: "Requer a realização de Sessão Solene em comemoração ao dia do Arquiteto e Urbanista e do sexto aniversário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/BR".	Câmara dos Deputados
---------	-------------------------	---------------------------------	---	--	--	----------------------